

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO MAIOR - CONJUNTO

ANO LECTIVO 2010/2011



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**Questões Conceptuais da Guerra ao Terror, ao Terrorismo
e aos Terroristas**

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA

Helder José Banha Coelho

Major de Cavalaria



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

Questões Conceptuais da Guerra ao Terror, ao Terrorismo e aos Terroristas

Helder José Banha Coelho

Maj Cav

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior – Conjunto
2010-2011

IESM 2010-2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**Questões Conceptuais da Guerra ao Terror,
ao Terrorismo e aos Terroristas**

Helder José Banha Coelho

Maj Cav

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior – Conjunto
2010-2011

Orientador: MAJ INF CORDEIRO DE MENEZES

IESM 2010-2011



Agradecimentos

Uma palavra de apreço para a minha esposa, Joana Rita Versteeg Guedes Salgado, pela paciência e apoio possibilitando a realização do Curso de Estado-Maior Conjunto. Aos meus filhos, Rodrigo José Versteeg Salgado de Banha Coelho e Maria Rita Versteeg Salgado de Banha Coelho, pelo pouco tempo que estive com eles durante a realização do Curso e pela fonte de inspiração que ajudou-me a suportar os momentos mais difíceis e as longas horas de trabalho.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria Antunes, meu primeiro orientador, um agradecimento muito especial, pela sua permanente disponibilidade, interesse demonstrado e por tudo o que me ensinou.

Ao Major de Infantaria Cordeiro de Menezes, meu orientador, cujos conselhos e críticas construtivas foram fundamentais para a realização do trabalho.

A ambos, os orientadores, agradeço pela leitura atenta e cuidada do documento e pelas preciosas correcções e sugestões, foi um privilégio tê-los como orientadores. Como testemunho do mais alto apreço e gratidão, jamais esquecerei a atenção e amizade que sempre me dispensaram.

Ao General Loureiro dos Santos, Professor Doutor Adriano Moreira, Professor Doutor Luís Tomé e à Professora Doutora Isabel Moreira pelas valiosas sugestões e explicações dadas nas entrevistas concedidas.

Aos meus camaradas do Curso de Estado-Maior Conjunto 2010/11, por todos os momentos que partilhamos e pelo apoio prestado, uma palavra especial para o Major Luís Carvalho, camarada de quarto, pelo apoio que voluntariamente e desinteressadamente, sempre, prestou.

Ao Instituto de Estudos Superiores Militares, pelo apoio prestado por quantos o servem, e especialmente, às Funcionárias da Biblioteca, pela inextinguível simpatia e eficiência na resposta às diversas solicitações e ao seu Corpo Docente pelos esclarecimentos e orientações.

A todos os amigos, entidades e personalidades com quem partilhei ideias o meu profundo agradecimento pela disponibilidade e contributo para um melhor esclarecimento da investigação.

A todos, o meu muito obrigado.



Índice

Agradecimentos	I
Índice	II
Índice de Figuras	III
Resumo	IV
Abstract.....	V
Palavras-chave	VI
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	VII
Introdução.....	1
1. O terrorismo transnacional e a guerra	5
a. O terrorismo transnacional	5
(1) História do terrorismo	5
(2) Terrorismo pós 11 de Setembro de 2001	7
(3) Definição de Terrorismo	10
b. A “Guerra”.....	12
2. <i>Jus ad Bellum</i> e a “Guerra contra o terrorismo”	14
a. A proibição do recurso à Força e a excepção da “Legítima Defesa”	14
(1) Guerra Preventiva e a Guerra Preemptiva.....	14
(2) “Legítima Defesa Preventiva” e a “Legítima Defesa Preemptiva”.....	15
b. Guerra contra o terror, terrorismo e terroristas.....	16
c. Guerra Justa	18
d. <i>Jus ad Bellum</i>	21
3. <i>Jus in Bello</i> e a “Guerra contra o terrorismo”	23
a. As Convenções de Genebra e a “Guerra contra o terrorismo”	23
(1) Convenções de Genebra.....	23
(2) Combatentes e Não-Combatentes	25



b. <i>Jus in Bello</i>	30
4. A Comunidade Internacional face às questões conceptuais.....	32
a. Guerra Justa	33
b. Guerra não Justa	38
(1) Ilegal e legítima.....	38
(2) Legal e ilegítima.....	39
c. Guerra Injusta	40
Conclusões.....	41
Bibliografia.....	45
Apêndices	60
Apêndice 1 – Corpo de Conceitos	60
Apêndice 2 – Diagrama de Indução.....	61
Apêndice 3 – Palavras comuns das definições de terrorismo	62
Apêndice 4 – Definições de Terrorismo	63
Apêndice 5 – A Carta das Nações Unidas	65
Apêndice 6 – O caso da 2ªGuerra do Golfo (2003)	67
Apêndice 7 – O caso da Guerra do Afeganistão.....	70
Apêndice 8 – O caso de <i>Guantanamo</i>	71

Índice de Figuras

Figura 1 – Diagrama de análise da “Guerra Justa”.....	33
---	----



Resumo

A “Guerra ao Terror, ao Terrorismo e aos Terroristas” iniciada após os ataques de 11 de Setembro de 2001 trouxe várias questões conceptuais a debate que, influenciam e condicionam uma resposta efectiva por parte da Comunidade Internacional. Neste trabalho de investigação foram identificadas e explicadas três questões conceptuais da “Guerra ao Terror, ao Terrorismo e aos Terroristas”: definição do terrorismo; “Guerra Justa”; e a aplicação da 3ª Convenção de Genebra.

Verificou-se que não existe uma definição de terrorismo aceite comumente pela Comunidade Internacional e por isso cada país possui uma definição de acordo com as suas conveniências e, desta forma, torna-se muito complicado conjugar esforços para combater o terrorismo de uma forma integrada e global.

Após os ataques terroristas, o Presidente dos EUA, George W. Bush, iniciou uma “Guerra contra o terrorismo” e alterou a estratégia americana, em 17 de Setembro de 2002, com a *National Security Strategy*, denominada “Doutrina Bush”. Mas a aplicação efectiva desta Doutrina deu-se com a invasão ao Iraque em 2003. Para legitimar a 2ª Guerra do Golfo, o Presidente dos EUA recuperou o conceito de “Guerra Justa” como forma de clarificar e justificar a invasão ao Iraque.

Foi criado em 2002, um campo de detenção na *Baía de Guantanamo*, em Cuba, destinado a suspeitos de terrorismo que fossem capturados na “Guerra ao Terror, ao Terrorismo e aos Terroristas”. Segundo a administração Bush, como suspeitos de práticas terroristas, os detidos da “Guerra contra o terrorismo” não cumprem os requisitos que conferiria-lhes o estatuto de Prisioneiros de Guerra e não possuem o direito aos direitos acordados pela Lei criminal civil, por isso, a administração Bush considera-os “combatentes ilegais”. Mas pela 3ª Convenção de Genebra todos os combatentes são protegidos, independentemente de não serem considerados Prisioneiros de Guerra.

Para analisar as questões conceptuais da “Guerra Justa” e da aplicação da 3ª Convenção de Genebra utilizou-se um modelo de análise que assentou em dois vectores: no *Jus ad Bellum* e no *Jus in Bello*. Através da sua intersecção identificamos se a guerra é considerada justa, não justa ou injusta e o comportamento da Comunidade Internacional em cada uma das situações.



Abstract

Initiated after the September 11 attacks, the “War on Terror, Terrorism and Terrorists” from the brought several conceptual issues to debate that influence and shape an effective response by the International Community. In this research we identified and explained three conceptual issues “War on Terror, Terrorism and Terrorists”: definition of terrorism, “Just War” and the application of the 3rd Geneva Convention.

We verified that there is no commonly accepted definition of terrorism by the International Community and therefore each country has own definition according to their convenience and for this reason becomes very difficult to combine efforts to combat terrorism in an integrated and overall manner.

After the terrorist attacks, U.S. President, George W. Bush, launched a “war on terrorism” and changed the U.S. strategy, on 17 September 2002, with the National Security Strategy, called “Bush Doctrine”. But the effective application of this doctrine occurs with the invasion of Iraq in 2003. In order to legitimize the 2nd Gulf War, U.S. President regained the concept of “Just War” as a way to clarify and justify the invasion of Iraq.

In 2002 was established a detention camp in Guantanamo Bay, Cuba, for suspected terrorists captured in the “War on Terror, Terrorism and Terrorists”. According to Bush administration, as suspected terrorist practices, prisoners of “war on terror” does not meet the requirements that would grant them the status of Prisoners of War and they are not entitled to the rights accorded by the civilian criminal law and for that reason, Bush administration calls them “unlawful combatants”. But by the 3rd Geneva Convention, all combatants must be protected, regardless of not being considered prisoners of war.

To examine conceptual issues of “Just War” and the application of the 3rd Geneva Convention, we used an analytical model based on two pillars: *Jus ad Bellum* and *Jus in Bello*. Through its intersection, we were able to identified if the war is seen as fair, not fair or unfair and we also identified the behavior of the International Community in all situations.



Palavras-chave

Guerra contra o terrorismo

Terrorismo

Guerra Justa

3ª Convenção de Genebra



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

1ªGM	1ªGuerra Mundial
2ªGM	2ªGuerra Mundial
ADM	Armas de Destruição em Massa
AG	Assembleia-Geral
CI	Comunidade Internacional
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CJM	Código de Justiça Militar
CNU	Carta das Nações Unidas
CS	Conselho de Segurança
DI	Direito Internacional
DIP	Direito Internacional Público
DoD	<i>Department of Defense</i>
EM	Estado-Membro
EUA	Estados Unidos da América
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
GWOT	<i>Global War on Terror</i>
JP	<i>Joint Publication</i>
NSCT	<i>National Strategy for Combating Terrorism</i>
NSS	<i>National Security Strategy</i>
NU / UN	Nações Unidas / <i>United Nations</i>
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OI	Organizações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN / NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte <i>/ North Atlantic Treaty Organization</i>
PG	Prisioneiros de Guerra
QC	Questão Central
QD	Questões Derivadas
RI	Relações Internacionais
SG	Secretário-Geral
STEUA	Supremo Tribunal dos EUA
TII	Trabalho de Investigação Individual



TIJ	Tribunal Internacional de Justiça
TO	Teatro de Operações
UE	União Europeia
WTC	<i>World Trade Center</i>



Introdução

O terrorismo não é um fenómeno recente, mas os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001¹ nos Estados Unidos da América (EUA) revelaram, ao mundo, uma ameaça de cariz bem diferente da conhecida até estes acontecimentos (Rogeyro, 2002: 788). Foi revelado ao mundo uma ameaça violentíssima, assimétrica, transnacional, imprevisível e que explora o impacto psicológico provocado² (Spencer, 2006: 13).

Este atentado terrorista reivindicado por uma organização, *Al Qaeda*³, trouxe para a agenda internacional e para o Afeganistão, o centro dos esforços da “Guerra contra o terrorismo”⁴ iniciada pelos EUA (Yalçinkaya, 2009: 59). A emergência de grupos terroristas de cariz religioso, nomeadamente com génese no extremismo islâmico, onde inclui-se a *Al Qaeda*, surge no panorama da conflitualidade internacional como um actor não-estatal, visando fins políticos e recorrendo a tácticas que tiram vantagens da globalização⁵ (Morris, 2005: 4). O objectivo é incutir o terror (efeito psicológico de medo sobre as populações) utilizando indivíduos que aceitam, por motivação religiosa, o sacrifício da própria vida para provocar a destruição pretendida⁶ (Spencer, 2001: 93).

Após os ataques, o Presidente dos EUA, George W. Bush, considerou que não havia distinção entre a *Al Qaeda* e as Nações que a abrigavam (Tomé, 2004: 160) e, consequentemente, a 07 de Outubro de 2001 dá-se início à guerra no Afeganistão. O Presidente dos EUA iniciou uma “Guerra contra o terrorismo” e alterou a estratégia americana, em 17 de Setembro de 2002, com a *National Security Strategy* (NSS), denominada “Doutrina Bush” (Linnan, 2008: 225).

A guerra preemptiva, defendida na “Doutrina Bush”, e a guerra preventiva são conceitos diferentes, no entanto, a NSS trouxe confusão aos dois conceitos. Esta doutrina permitiu desencadear uma acção preemptiva, empregando a força letal, no âmbito da prevenção, ou seja, antes de a ameaça ser eminente (NSS, 2002: 15). A materialização da “Doutrina Bush” deu-se na sua plenitude, a 20 de Março de 2003, com a invasão ao Iraque apoiada na tese de guerra preemptiva (Flynn, 2008: 2).

¹ Atingiu o Pentágono e o *World Trade Center* (WTC) e falhou a tentativa de atingir a Casa Branca (Mazetto, 2004: 3).

² Consultar Copeland (2001: 92-93) e FM 3.24 (2001: 1.14-1.15).

³ *Al Qaeda* significa “A Base”. Esta organização foi fundada por Osama Bin Laden no início dos anos 90 do século passado e baseia-se em objectivos políticos de grande amplitude (*Jihad*) que têm a sua origem na reforma religiosa defendida por Sayyid Qutb (Ruthven, 2001).

⁴ Utilizamos este termo para referenciar a guerra contra o terror, terrorismo e aos terroristas.

⁵ Consultar FM 3-24 (2006: 1.15).

⁶ Consultar Rogeyro (2002: 804) e Cunha (2009: 25-26).



Após o início da “Guerra contra o terrorismo” realizaram-se ataques terroristas em Madrid e Londres, tendo-se verificado uma metodologia comum: utilização da violência extrema e indiscriminada, com a intenção de atingir as democracias ocidentais através de indivíduos ou grupos que espalharam-se pelo mundo. Quando se combate um inimigo desconhecido que se confunde com a população e não possui um território próprio, existem dificuldades em combatê-lo e integrá-lo nas “Leis da Guerra”. É este inimigo que as democracias e os regimes muçulmanos moderados pro-ocidentais enfrentam, um complexo sistema de redes e células que comportam milhares de terroristas com uma preocupante vocação de destruição e um extraordinário fascínio pelas novas tecnologias.

Na *Baía de Guantanamo* em Cuba, foi criado em 2002, um campo de detenção, destinado a suspeitos de terrorismo. Segundo a administração Bush, como suspeitos de práticas terroristas, os detidos da “Guerra contra o terrorismo” não cumprem os requisitos que conferiria-lhes o estatuto de Prisioneiros de Guerra (PG), mas está previsto (art.º5º da 3ª Convenção de Genebra) que, se não satisfizerem o art.º4º, beneficiarão da protecção da Convenção até o seu estatuto ser fixado por Tribunal competente (CICV, 1992: 65).

No combate ao terrorismo transnacional é importante que a Comunidade Internacional (CI) defina esta nova ameaça e tudo o que se relaciona com ela, para evitar diferentes interpretações, facilitar o seu combate e reduzir tensões entre Estados. Actualmente a consciencialização dos efeitos da guerra trouxeram a debate a legitimação e a legalidade, por outras palavras, a noção de “Guerra Justa” que, o Presidente George W. Bush recuperou como forma de clarificar e justificar a 2ª Guerra do Golfo (Walzer, 2004: 28). Outra questão em discussão prende-se com a aplicação da 3ª Convenção de Genebra aos terroristas capturados na “Guerra contra o terrorismo”. Estas questões encontram-se em discussão em fóruns internacionais à espera de serem respondidas e que as respostas tragam consenso internacional, o que demonstra a contemporaneidade da temática.

Face à actualidade e à importância do tema, pretende-se uma abordagem reflexiva sobre as questões conceptuais da guerra ao terror, terrorismo e aos terroristas que influenciam e condicionam uma resposta efectiva por parte da CI, contribuindo para o enriquecimento do conhecimento individual e colectivo.

O objecto do presente estudo visa uma análise sobre a guerra ao terror, terrorismo e aos terroristas. Este Trabalho de Investigação Individual (TII) tem como âmbito o “Terrorismo transnacional” porque a “Guerra contra o terrorismo” foi declarada à organização *Al Qaeda*. É delimitado temporalmente a partir de 11 de Setembro de 2001



porque foi após esta data que se iniciou a “Guerra contra o terrorismo”. Delimita-se, também, geograficamente ao Afeganistão e ao Iraque. Ao Afeganistão por ser o Estado que apoiava e protegia membros da *Al Qaeda*, o primeiro alvo da “Guerra contra o terrorismo” e Teatro de Operações (TO) de proveniência dos detidos de *Guantanamo*. Ao Iraque porque foi onde se aplicou a NSS que tanta polémica trouxe aos conceitos de preempção/prevenção e que colocou em causa a legitimidade e legalidade da “Guerra contra o terrorismo”.

Com o intuito de encontrar resposta para a Questão Central (QC): “*De que forma as questões conceptuais da “Guerra contra o terrorismo” influenciam a acção da Comunidade Internacional?*”, definimos como Questões Derivadas (QD):

- QD1: Qual a origem e motivações do terrorismo transnacional?
- QD2: Qual a relação entre o conceito de “Legítima Defesa” e a “Guerra contra o terrorismo”?
- QD3: De que forma podemos relacionar a “Guerra contra o terrorismo” e a “Guerra Justa”?
- QD4: Em que medida podemos aplicar a 3ª Convenção de Genebra na “Guerra contra o terrorismo”?

Identificadas as questões que regularam todo o processo de investigação surgem as Hipóteses (Ho) cuja validação será materializada nas conclusões:

- Ho1: O terrorismo transnacional surgiu com a globalização e as suas motivações são, principalmente, de origem política e religiosa.
- Ho2: A relação entre o conceito de “Legítima Defesa” e a “Guerra contra o terrorismo” está na aplicação da NSS, de 2002, na “Guerra contra o terrorismo” por parte da administração Bush, com o intuito de legitimar a invasão ao Iraque, em 2003, como legítima defesa.
- Ho3: A relação entre a “Guerra contra o terrorismo” e a “Guerra Justa” encontra-se na legitimidade (*Jus ad Bellum* e *Jus in bello*) de forma a justificá-la.
- Ho4: Aplica-se a 3ª Convenção de Genebra aos suspeitos de práticas terroristas, ou seja, embora os detidos da “Guerra contra o terrorismo” não estejam na série de categorias que confira-lhes o estatuto de PG, no entanto, o art.º5º da Convenção de Genebra protege-os até o seu estatuto ser fixado por um Tribunal competente.

A metodologia seguida assentou, numa primeira fase, na revisão da literatura sobre as questões conceptuais da guerra ao terror, terrorismo e aos terroristas, tendo-se



identificado os estudos mais relevantes relacionados com o problema de investigação. Na segunda fase fez-se a consulta, recolha e análise da informação disponível, através da internet. Na terceira fase, foram realizadas entrevistas, compostas por perguntas fechadas e abertas, ao Sr. General Loureiro dos Santos, Sr. Prof. Dr. Adriano Moreira, Sr. Prof. Dr. Luís Tomé e à Sra. Dra. Isabel Moreira. Atendendo à revisão da literatura, a base do estudo foi apoiada no processo hipotético-dedutivo. Os principais instrumentos de trabalho utilizados na investigação foram a pesquisa e recolha bibliográfica, a pesquisa e recolha da informação disponível através da internet e a recolha de informação através de entrevistas. A metodologia de análise de dados na investigação foi a quantitativa, tendo por base um modelo de análise que assentou em dois vectores: o *Jus ad Bellum* e o *Jus in Bello*. A partir destes dois vectores procuramos identificar se a guerra é considerada justa, não justa ou injusta, bem como, inferir do comportamento da CI para cada uma das situações

O trabalho foi dividido na presente introdução, quatro capítulos e nas conclusões. Na introdução fez-se um enquadramento global do terrorismo transnacional, da “Guerra contra o terrorismo” tendo por base o Direito Internacional Público (DIP) e as Relações Internacionais (RI). No primeiro capítulo caracterizou-se a evolução do terrorismo até à actualidade com o intuito de elaborar uma definição actual de terrorismo e o fenómeno da guerra para posteriormente relacionar a “Guerra Justa” com a “Guerra contra o terrorismo”. No segundo capítulo analisámos a proibição do uso da força e a excepção da legítima defesa na “Guerra contra o terrorismo” para enquadrá-la na “Guerra Justa”. No terceiro capítulo foi analisada o *Jus in Bello* na “Guerra contra o terrorismo” para determinar a aplicação da 3ª Convenção de Genebra aos detidos de *Guantanamo*. No quarto capítulo foram analisadas as questões conceptuais na “Guerra contra o terrorismo” para determinar o comportamento da CI, face às mesmas, suportado por casos práticos. No final do trabalho são apresentadas as principais conclusões, confirmadas ou refutadas as hipóteses e a resposta às QD e à QC.



1. O terrorismo transnacional e a guerra

a. O terrorismo transnacional

(1) História do terrorismo

Estão referenciados diversos padrões de terrorismo como o do antigo tiranicídio, o dos *Sicários* na Palestina ocupada pelos Romanos, o dos *Hashshashin*, seita dissidente do ramo Ismaelita do Xiismo islâmico do século XI, o dos *Tugues* indianos do século XIII, o do terror *Jacobino* do século XVIII, o dos *Boxers* do século XIX, o do *Ku Klux Klan* constituído em 1865, entre outros movimentos de natureza diversa, mas assumindo sempre os desígnios de ressonância ideológica ou política. Entre as décadas de 60 e 70 do século passado e a actualidade surgiu o “Terrorismo Internacional”, também chamado de “Pós-Moderno” (1980), “Transnacional” (1990) (Ferreira, 2007: 22) ou “Catastrófico” (Rogeiro, 2004: 484), consoante os autores.

No século XVIII, tendo pela frente o líder revolucionário *Maximilien Robespierre*, a França passou por um período caótico que ficou conhecido como o “Regime do Terror”⁷ (Hoffman, 1998: 4). O termo “Terror” foi utilizado durante a Revolução Francesa, especialmente nos anos de 1793 e 1794, quando o Comité de Salvação Pública tomou o controlo do país. A palavra “Terrorismo” surgiu para designar os actos praticados nesse período. Estávamos perante o “Terrorismo de Estado” (Pinheiro, 1979: 14).

No século XIX surgiu um novo terrorismo praticado por grupos políticos, de índole anarquista, onde sobressai o assassinato do Czar Alexandre II, em 1881 na Rússia, pelo grupo revolucionário *Narodnaya Volya* (“A vontade do povo”) (Hoffman, 1998: 6). Para Olic, o terrorismo passou a aparecer nos livros de autores anarquistas que justificavam a legitimidade de utilização de métodos terroristas com a finalidade de destruir o “poder” exercido por governantes tiranos, ideias que continuaram no século XX (2005: 3).

Antes da 1ª Guerra Mundial (1ª GM), o terrorismo ainda mantinha conotações revolucionárias, no entanto, existiu uma crescente inquietação e agitação nos Impérios Otomano e Austro-Húngaro. Movimentos nacionalistas, militantes arménios, no Leste da Turquia seguiram uma estratégia de terrorismo contínua contra o Império Otomano. No Império Austro-húngaro, os povos eslavos, incentivados pelos sérvios, pretendiam a

⁷ Durante o período de 1789-1799, os registos históricos apontam para 17.000 guilhotinados e mais 25.000 executados sem julgamento, numa França com 25 milhões de habitantes (Almeida, 2008: 238).



independência. Esta situação levou ao assassinio⁸ do herdeiro do trono austríaco, a 28 de Junho de 1914, desencadeando a 1ªGM (Hoffman, 1998: 8).

Entre a 1ª e a 2ªGuerra Mundial (2ªGM), o significado de terrorismo mudou novamente, não era só utilizado para referir a violência dos movimentos revolucionários contra os seus governos e líderes, mas também as práticas de repressão utilizadas pelos Estados totalitaristas e seus líderes ditadores contra os seus cidadãos (Hoffman, 1998: 10).

Entre o final da 2ªGM e os últimos anos da década de 1950, o terrorismo recuperou as conotações revolucionárias. As acções terroristas⁹ aconteceram, principalmente, na África, Ásia e Médio Oriente, estando ligadas às lutas dos movimentos que procuravam o fim do colonialismo europeu (Mongiardim, 2002: 423). Os novos países independentes e os Estados do Bloco Comunista adoptaram a ideia de que os membros, de qualquer movimento contra o colonialismo ou domínio do Ocidente, não eram considerados terroristas, mas sim *Freedom Fighters* (Hoffman, 1998: 11).

Nas décadas de 60 e 70, o terrorismo continuou a ser de contexto revolucionário, no entanto, expandiu-se e absorveu os grupos separatistas étnicos, nacionalistas e radicais, fora do âmbito do colonialismo, como organizações motivadas ideologicamente (Hoffman, 1998: 11). O terrorismo visava reivindicações nacionalistas ou políticas circunstanciais, tendo como objectivos específicos: negociações de estatuto político; e reivindicações específicas ou de libertação de prisioneiros (Ferreira, 2007: 22).

Nos anos 80, o terrorismo passou a ser visto como uma forma calculada de desestabilizar o Ocidente, ou seja, como parte de uma conspiração global com o intuito de destruir o “mundo livre”. Este período foi marcado por actos terroristas isolados e atentados suicidas apoiados por Estados, em que o terrorismo se associou a um tipo de guerra encoberta ou substituto pelo qual os Estados mais fracos podiam enfrentar os mais poderosos, sem correrem o risco de sofrerem represálias (Hoffman, 1998: 12).

No início dos anos 90, o significado de terrorismo tornou-se mais obscuro com o aparecimento do narco-terrorismo e do “fenómeno área cinzenta”. O narco-terrorismo foi a última conspiração comunista para enfraquecer a sociedade ocidental. Nunca no passado,

⁸ A visita do arquiduque Francisco Fernando a Sarajevo, capital da Bósnia, foi uma provocação aos olhos dos sérvios porque nessa data, no longínquo ano de 1389, os sérvios tinham sofrido uma grande derrota para os otomanos. *Gravilo Princip*, membro do grupo “Jovens Bósnios” foi o autor do assassinato e este acontecimento foi o catalisador específico para o início da 1ªGM (Olic, 2005: 3).

⁹ Nalgumas situações, o terrorismo foi utilizado pelos colonizados e pelos colonizadores, como exemplo, existiram vários episódios na Guerra da Argélia (1954-1962), em que os atentados terroristas foram praticados tanto pelos revoltosos, quer pelos militares franceses que eram contra a emancipação dos argelinos (Olic, 2005: 3).



as organizações criminosas tinham estabelecido alianças estratégicas com organizações terroristas e de guerrilha ou de utilizar a violência para fins especificamente políticos. O termo “fenómeno área cinzenta” foi utilizado para designar as ameaças à estabilização dos Estados-Nação por actores não-estatais, descrever a violência que afectava grandes regiões ou áreas urbanas, onde o controlo mudou de governos legítimos para governos corruptos ligados ao crime, e designar uma categoria de conflitos em que as Forças Armadas combatiam contra Forças Irregulares (Hoffman, 1998: 12).

O fenómeno da globalização favoreceu o aparecimento do terrorismo transnacional, tendo-se verificado cinco tendências neste tipo de terrorismo: incremento de ataques por organizações terroristas classificadas por “religiosas”; decréscimo no número total de ataques; incremento na letalidade por ataque; incremento de ataques a alvos americanos; e a dispersão geográfica dos actos terroristas (Cronin, 2002: 36).

Neste período, o terrorismo (*Old Terrorism*) caracterizou-se por acções limitadas, no espaço e no tempo, por uma destruição limitada e selectiva, com objectivos precisos, desencadeados por indivíduos e movimentos de oposição política ou grupos paramilitares, normalmente identificados (Mongiardim, 2002: 424). Fundamentava-se nos fins políticos ou religiosos e foi referenciado como uma luta dos pequenos contra um determinado grande “poder”, o Estado (Leandro, 2004: 326).

(2) Terrorismo pós 11 de Setembro de 2001

A globalização introduziu profundas alterações na forma como as sociedades e as pessoas interagem, concedendo facilidades acrescidas à actuação dos grupos terroristas transnacionais. A este respeito repare-se, a título de exemplo, que o conhecimento necessário à condução de um ataque terrorista pode ser desenvolvido num determinado país e posteriormente, esse conhecimento, pode ser combinado com recursos materiais, humanos e acções de treino disponíveis noutros países, nos quais se pode incluir o próprio país alvo. Foi exactamente de acordo com este tipo de aproximação global que os ataques de Nova Iorque e Madrid foram planeados e conduzidos (Hammes, 2006: 38).

Segundo Rutheven, em simultâneo com a globalização apareceu o terrorismo transnacional, protagonizado pela *Al Qaeda* (2001). Em 1998, Osama Bin Laden¹⁰ publicou a sua *Fatwa* (Decreto ou Lei islâmica) defendendo ser dever religioso de todos os muçulmanos aniquilar todos os norte-americanos e seus aliados, por considerar que os

¹⁰ Líder da *Al Qaeda*, tornou-se no alvo a abater, mas sem ninguém saber exactamente como, incluindo os EUA (Ramonet, 2002: 9), a superpotência cuja imensa superioridade militar revela-se incapaz de, numa *Global War on Terror* (GWOT) dominar a principal fonte do terrorismo transnacional.



EUA são a origem de todos os males e obstáculo à afirmação do Islão como cultura e religião mundiais (Chalk, 2008: 4). De acordo com as estatísticas da *RAND-St. Andrews University Chronology of International Terrorism* verifica-se que, após o 11 de Setembro, as organizações terroristas de motivação religiosa, como a *Al Qaeda*, tornaram-se mais frequentes (Cronin, 2002: 36).

A acção terrorista da *Al Qaeda* provocou uma “década negra” entre o atentado ao WTC, em 1993, até à sucessão de atentados de Abril/Maio de 2003, na Chechénia, Filipinas, Arábia Saudita e Marrocos (Pereira, 2004: 77). Conforme refere Félix, o “Novo Terrorismo”, cujo marco é incontestavelmente o 11 de Setembro de 2001, passou a ocupar o centro das atenções da política de segurança de vários países (2004: 160).

Aliado às características existentes (violência, impacto psicológico, objectivos políticos e alvos civis), levantou-se a questão no pós 11 de Setembro se não se estaria perante uma nova geração de terrorismo, quais seriam as implicações do mesmo e como se poderia combatê-lo. Assim, baseando-nos nas características reunidas por Tomé (2004: 177-182) e Rogeiro (2004: 486-487), que divergem na denominação a dar ao terrorismo pós 11 de Setembro, sintetizaram-se as ideias que justificam uma abordagem específica a esta nova forma de terrorismo: carácter transnacional; perda de bases territoriais; funcionamento em rede; organização ‘virtual’; meios de destruição mais potentes; associação a delinquência organizada; motivações múltiplas e objectivos difusos; redes privadas de financiamento; e “Legitimação” numa visão radical da experiência islâmica.

Luís Tomé designou o *New Terrorism* de “Terrorismo de Novo Tipo” e caracteriza-o por: considerar que todos os meios justificam os fins; possuir diversas motivações, causas e objectivos difusos que nem sempre são reivindicados; optar por alvos americanos, ocidentais, judeus e muçulmanos “moderados”, seculares “não islâmicos” de acordo com a sua postura extremista; não revelar qualquer tipo de constrangimento ético ou moral, ideológico, político ou outro nos seus actos; legitimar as suas acções, numa visão radical da aplicação estrita da Lei Divina¹¹ (*Shari`a*); possuir um carácter transnacional ou internacional; funcionar em rede; adoptar uma “organização virtual”, num esquema não centralizado nem hierárquico; e demonstrar ser possuidor de meios invulgares, poderosos e letais (2004: 177-182).

Conforme refere Luís Tomé, o “Terrorismo de Novo Tipo” tenta legitimar os seus actos, com base numa visão radical da aplicação da Lei Divina e na interpretação literal da

¹¹ A Lei estabelecida por Deus (*Shari`a*) refere a necessidade de provocar “o máximo dano possível”. Se não o fizer, espera-o o fogo do inferno (Moura, 2004: 28-31).



Sunna (Vida do Profeta) e do Corão (Texto Sagrado), trata-se de “uma espécie de terrorismo divino, em nome de Alá, o Todo-poderoso” (2004: 179). Conforme refere o General Loureiro dos Santos, os grupos terroristas encontram-se empenhados na Guerra Santa (*Jihad*¹²) contra os infiéis e na esperança de reconstituírem o Califado.

A utilização do adjectivo “islâmico” junto à palavra “terrorismo” pressupõe uma relação entre a religião e o fenómeno. Este argumento afigura-se excessivo e injusto, sendo mais correcto afirmar-se que “a nova forma de terrorismo evoca uma religião, abusando dessa evocação, unidireccionando e uniteralizando a sua interpretação de um modo grosseiro e deturpado”. Mas o aparecimento do radicalismo religioso, com destaque para o muçulmano, pode ser apontado como factor de instabilidade (Huntington, 1999: 118).

Para Rogeiro, actualmente o terrorismo é visto como uma arma a utilizar contra os Governos ou contra a sociedade internacional e, neste caso, designa-se por “Terrorismo Catastrófico” (2004: 484). Existem quatro elementos que o caracterizam: carácter transnacional ou internacional, pela associação e cumplicidade de grupos terroristas que estavam isolados ou obrigados a operarem isolados e pela escolha de regiões mais vastas para actuarem, que podem ir até à escala global; perda de bases territoriais em Estados apoiantes ou tolerantes, com a consequente procura de novas bases clandestinas em Estados Liberais e Democráticos, ou em Estados falhados ou Pária; utilização de meios de destruição cada vez mais potentes, incluindo as Armas de Destruição em Massa (ADM), que aumenta o número de vítimas dos atentados; e a associação de grupos com motivações políticas, ao crime organizado (2004: 487).

Segundo Nuno Rogeiro, “falamos de mudança quantitativa, por causa do número de baixas num único acto, e qualitativa, na medida em que a fronteira de actuação terrorista se deslocou para regiões inesperadas, inaugurando-se ainda uma forma diferente de ‘guerra assimétrica’, onde a ausência aparente de estratégia declarada (...) era compensada pelos sinais fortíssimos de uma estratégia material” (2004: 485-486).

O objectivo da causa terrorista é a aniquilação dos valores e do modo de vida das sociedades democráticas ocidentais e pró-ocidentais, no entanto, muitas podem ser as causas que motivam os actos terroristas: expulsão de estrangeiros; mudanças políticas; acção de retaliação e vingança; obtenção de projecção local ou global; construção de uma imagem de poder; preservação do território; e motivos religiosos. Os princípios da

¹² O termo *Jihad* não tem como significado literal “Guerra”, mas “esforço no caminho de Deus”, no entanto, em tempos remotos a expressão “no caminho de Deus” evocava a ideia de combate através das armas. Actualmente, os islamistas recuperaram o conceito de *Jihad*, mas com uma interpretação diferente da que foi utilizada na Idade Média, ou seja, sem restrições na sua aplicação (Pinto, 2004: 446-447).



sociedade democrática, quando efectivamente estruturados, apresentam poucas probabilidades de sofrer abalos com a acção terrorista, contudo, as jovens democracias estão sujeitas a retrocessos. Os ataques aos países muçulmanos que começaram o processo de democratização, como a Turquia e a Indonésia, demonstram a incompatibilidade entre os grupos radicais que recorrem a acções terroristas, e o regime de liberdade e respeito pelos Direitos Humanos (DH) (Lapouge, 2001).

Para Stull, o *New Terrorism* é claramente diferente do *Old Terrorism*, distinguindo-se nos seguintes aspectos: mais violento e pretende atingir visibilidade e grande número de baixas; desterritorializado e transnacional; acções transnacionais em que os actores actuam de forma global, tentando destruir o Ocidente e a sua forma de vida assim como o sistema secular islâmico; financiamento é efectuado de forma legal, com patrocinadores do mal, e ilegal através do crime organizado, tráfico de armas e outros meios ilícitos; terroristas estão mais bem treinados, possuem campos de treino próprio onde conseguem desenvolver diversas técnicas terroristas; grupos terroristas, principalmente os extremistas religiosos, são mais difíceis de combater e de penetrar nas suas estruturas; estrutura difusa com a utilização de redes e células de comando faz com que a insegurança seja maior; e possibilidade de acesso a ADM (2006: 16). Em guisa de conclusão, o *New Terrorism* difere do *Old Terrorism* na sua essência, nas suas motivações e no seu *modus operandis*.

(3) Definição de Terrorismo

Em relação ao conceito de “Terrorismo” mencionamos o que S. Tomás de Aquino referiu a propósito da ideia de tempo, em que se limitou a dizer que sabia bastante bem o que era, desde que não lhe fosse pedido para o definir (Ferreira, 2007: 21).

Após análise bibliográfica, verifica-se que não existe uma definição comumente aceite pela CI de modo a evitar, que cada Estado tenha a sua visão ou percepção própria (Garcia, 2007: 446). Existem diferentes perspectivas e o que para uns é um terrorista para outros, pode ser um *Freedom Fighter* (Hoffman, 1998: 11).

Nas NU, existem várias Convenções, Protocolos Internacionais e Resoluções que abordam a “Guerra contra o terrorismo”, mas não existe uma definição comum, sendo o maior problema a pretensão dos Países Islâmicos quererem diferenciar o terrorismo, da luta dos povos contra a ocupação e auto-determinação (Bessa, 2006: 1230).

Vários estudiosos, de todos os quadrantes da sociedade contemporânea, têm-se debruçado sobre esta problemática, no entanto, não foi possível, até hoje, obter consenso quanto a uma definição (Ferreira, 2007: 21). Historicamente, o conceito insere-se numa



categoria específica de discurso político, no qual o significado é a “*sistemática utilização da violência sobre pessoas e bens, para atingir fins políticos, provocando sentimentos de medo e insegurança, e um inevitável clima de terror*” (Mongiardim, 2002: 417).

Alex Schmid apresentou, no seu livro *Political Terrorism: a research Guide*, 109 definições de terrorismo com o intuito de identificar uma definição aceitável em termos gerais. Quatro anos depois, publicou um novo livro, *Political Terrorism: a New Guide to Actors*, onde reconheceu que ainda procurava uma definição aceitável. Walther Laqueur, com base nas duas obras referidas, anteriores ao 11 de Setembro de 2001, identificou 22 características diferentes e verificou que existiam três pontos comuns à maioria das definições¹³: acto violento; incutir o medo ou terror; e fins políticos (Hoffman, 1998: 20).

No entanto, após o 11 de Setembro surgiu um novo conceito de “Terrorismo”, o *New Terrorism*, que se centra na ameaça Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (NBQR) e “*visa a destruição como um fim em si mesmo*” (Zalman, 2008a). Face às alterações existentes entre o *Old Terrorism* e o *New Terrorism* é fundamental compreender se as definições que surgiram após o 11 de Setembro mantêm, ou não, os elementos que foram identificados por Alex Schmid e Walther Laqueur. Para atingir esse objectivo, elaboramos uma análise das principais definições, pós 11 de Setembro, para identificar os pontos comuns à maioria das definições e construir uma definição de terrorismo, com base nos dados obtidos.

Observando o quadro que resulta das definições de terrorismo pós 11 de Setembro de 2001¹⁴, podemos verificar que existem características recorrentes em quase todas elas: acto violento; executado sobre civis, não combatentes; e fins políticos. Segundo Snow, a maioria das definições de terrorismo possuem três elementos comuns: actos terroristas (ilegal, muitas vezes horrível e atroz), alvos terroristas (não combatentes e civis) e os fins terroristas (persuasão política ou influência) (2008: 282).

Face às conclusões retiradas da análise elaborada neste TII e corroboradas no estudo de Snow, verifica-se que o terrorismo pós 11 de Setembro caracteriza-se por ser um acto violento, executado sobre civis (não combatentes) para atingir fins políticos. Assim, estamos em condições de apresentar uma definição nossa de terrorismo: é a utilização ou ameaça de utilização da violência contra civis (não combatentes) para atingir fins políticos.

Tornou-se inaceitável confundir o terrorista com o *Freedom Fighter*, pelo que parece existir um consenso global acerca do que é o terrorismo e da sua inaceitabilidade.

¹³ Consultar o Apêndice 3.

¹⁴ Consultar o Apêndice 4.



Poderá continuar a haver dúvidas sobre a melhor forma de o combater, mas não restam dúvidas acerca da sua ilegitimidade (Lind, 2005).

Conforme refere Ferreira, definir o terrorismo não é apenas um problema teórico, mas uma preocupação operacional para todos aqueles que o pretendem combater (2006: 21), uma vez que desenvolver uma estratégia global eficaz, requer um acordo relativamente ao problema com que se está a trabalhar.

b. A “Guerra”

Apesar de a “Guerra” ser quase tão antiga como a existência do próprio homem, não existe uma definição que seja reconhecida internacionalmente, ao nível da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou do Direito Internacional (DI).

Nesse sentido, apresentamos algumas definições de guerra. Na Perspectiva do DI e segundo o Padre Vitória, é a reivindicação do Direito pela Força. Segundo Francisco Suárez é a luta exterior que se opõe à paz externa e que se trava entre dois ou mais Estados. Hugo de Groot, conhecido por Grotius (1583-1645) referiu que é o recurso colectivo à força (*De Jure Belli*). Clausewitz, referiu que é um acto de violência cujo objectivo é forçar o adversário a cumprir a nossa vontade ou é a continuação da política por outros meios. A guerra é considerada, ainda, como o confronto armado entre Estados, no entanto, as novas guerras *“caracterizam-se por uma multiplicidade de tipos de unidades de combate, tanto públicas como privadas, estatais e não estatais (...): exércitos regulares ou seus remanescentes; grupos paramilitares; unidades de autodefesa; mercenários estrangeiros; e, grupos estrangeiros regulares sob auspício internacional”* (Kaldor, 1999).

Nogueira acrescenta, à lista anterior, outros protagonistas importantes que, se não actuam directamente na guerra, participam na sua dinâmica, bem como noutros conflitos de baixa intensidade: *“grupos terroristas, contrabandistas de armas, traficantes de drogas, agentes financeiros, organizações criminosas de diversos tipos”* (2004: 53). O envolvimento destes actores ocorre de forma pouco transparente e muitas vezes sobreposta, o que torna difícil fazer a distinção entre a violência organizada com fins políticos que define a “Guerra” e a violência de grupos criminosos “comuns”.

Na guerra, predomina o emprego de métodos violentos contra combatentes e não-combatentes o que faz com que se multipliquem os crimes de guerra e contra a humanidade. Duas consequências importantes derivam desta fusão da violência política com a criminosa: esforços internacionais de imposição da paz e reconstrução de Estados



tendem a sancionar os ganhos políticos obtidos através de actos violentos criminosos, reproduzindo assim a área cinzenta que envolve os tipos de violência utilizados no conflito; e acentua-se a tendência, em particular após o 11 de Setembro, de criminalizar toda a forma de violência política sob o rótulo do “Terror”. A confusão permanece e os parâmetros éticos e jurídicos formulados para essas situações, cada vez mais complexas, ficam sujeitas às vicissitudes e circunstâncias das estratégias e conceitos de segurança das potências hegemónicas (Nogueira, 2004: 53).

O fenómeno da “Guerra” foi alvo dos mais variados estudos e abordagens, contudo revelou-se num dos conceitos mais difíceis de explicar e, também, num dos mais fascinantes estudos sobre o percurso da Humanidade. Actualmente a consciencialização dos efeitos da guerra fizeram “renascer” o debate sobre a legitimação e a legalidade, ou seja, a noção de “Guerra Justa”. O Presidente George W. Bush durante a 2ª Guerra do Golfo recuperou este conceito como forma de a classificar e justificar (Walzer, 2004: 28).

Questões resultantes da legalidade de utilizar a força contra ou no território de outro Estado (tradicionalmente, *Jus ad Bellum* ou direito de fazer a guerra, agora entendido como o uso restrito da força) e o tratamento dos combatentes (tradicionalmente, *Jus in Bello* ou a condução da guerra; basicamente se os combatentes associados a um actor não-estatal devem gozar do tratado de protecção integral ou do direito consuetudinário que têm crescido em torno dos conflitos armados internacionais) são actuais (Linnan, 2008: 224).



2. *Jus ad Bellum* e a “Guerra contra o terrorismo”

a. A proibição do recurso à Força e a excepção da “Legítima Defesa”

(1) Guerra Preventiva e a Guerra Preemptiva

Até à divulgação da NSS, em 2002, os conceitos de preempção/prevenção suscitavam pouca polémica na jurisprudência do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) porque a preempção era considerada lícita e a prevenção era ilícita (Paulo, 2008: 36). A preempção é entendida como *“a primeira utilização da força militar quando um ataque inimigo já está em curso ou, pelo menos, é muito credível ou iminente”* (Gray, 2007: 8), enquanto o conceito de prevenção pode ser definido por *“através de uma acção preventiva, um Estado ataca para controlar os perigos no ambiente de segurança externa”*, sugerindo um espaço de tempo que passa pela previsão de que a guerra é provável (Gray, 2007: 13).

Os EUA, na administração Bush, consideraram que as suas intervenções militares foram preemptivas e não preventivas, fazendo com que os conceitos fossem confundidos (Gray, 2007: 6). Actuaram “preemptivamente” para conter uma ameaça à Segurança Nacional e consideraram que era imperioso efectuar uma acção antecipatória para defenderem-se, mesmo existindo a incerteza quanto ao momento e local do ataque, com a finalidade de evitar ou prevenir actos hostis dos seus adversários (NSS, 2002: 15).

Face à confusão originada pela NSS, é fundamental a distinção conceptual entre guerra preventiva e preemptiva. A “Guerra Preventiva” passa pela previsão de que a guerra é provável, levantando as questões de quanto tempo poderá corresponder à previsão e de que forma se identifica as capacidades e as verdadeiras intenções do opositor na execução da guerra (Gray, 2007: 17). É uma guerra realizada para evitar a evolução temporal para além de outros limites detectáveis da ameaça actual, ou seja, é uma guerra de precaução sem ter por base qualquer prova de más intenções ou capacidades perigosas, mas porque esses fenómenos indesejáveis podem aparecer no futuro. A guerra por precaução é uma guerra assente no *“apenas no caso de”* com base no princípio de *“é melhor prevenir do que remediar”* (Gray, 2009: 228).

No conceito de “Guerra Preemptiva”, não existem dúvidas de que vai haver um ataque por isso, a antecipação do ataque, deve ser entendido como legítima defesa (Gray, 2007: 9). Pretende-se evitar um ataque iminente que será melhor para a paz e segurança internacionais, do que esperar que se concretize, assim, incorpora-se o conceito de “Preempção” na legítima defesa (Paulo, 2008: 35).



(2) “Legítima Defesa Preventiva” e a “Legítima Defesa Preemptiva”

Reisman referiu que o paradigma agressão/legítima defesa que inspira a disciplina da CNU¹⁵ comporta três elementos essenciais: proibição do uso da força; sistema de segurança colectiva; e construção restritiva da legítima defesa (1991: 26).

O uso da força ilícita é agressão e, mesmo sem definição vinculativa, pode implicar responsabilização internacional. A legítima defesa exclui a ilicitude, ao reconhecer um estado de necessidade, como no Direito Interno, e está densificada na Jurisprudência e na Doutrina (Paulo, 2008: 29).

O conceito de “Legítima Defesa” é importante e complexo. Não está regulamentada na CNU¹⁶, mas qualquer EM das NU pode alegar a legítima defesa individual ou colectiva¹⁷, no caso de ter sido, ou estar prestes a ser, alvo de ataque armado, desde que o CS não consiga intervir e resolver o conflito em tempo útil (carácter provisório e destina-se a repelir o ataque até que o CS tome as medidas necessárias) a fim de manter a paz e a segurança internacionais (Coelho, 2003: 872), exigindo-se, no entanto, que a reacção do Estado atacado seja proporcional ao ataque que sofreu (princípio da proporcionalidade) e tem de comunicá-la ao CS (Pereira e Quadros, 1997: 484).

A legítima defesa expressa na CNU não tem o mesmo significado para todos os Estados porque cada um atribui-lhe um sentido mais lato ou mais restrito consoante os seus interesses, sendo por isso objecto de intensos debates. Esta diferença surge da problemática dos ataques armados que, ainda, não se iniciaram por estarem iminentes ou por serem esperados a prazo. Quando não se iniciaram, mas são iminentes estamos perante a “Legítima Defesa Preemptiva” e quando esperados a prazo estamos perante a “Legítima Defesa Preventiva” (Baptista, 2003: 132).

A realização de um ataque preventivo sustentado na possibilidade de um potencial ataque armado a prazo é um argumento que constitui uma violação da CNU que, exclui da legítima defesa (art.º 51º) a execução de ataques preventivos (Baptista, 2003: 132). A única excepção considerada legítima defesa preventiva está consignada no art.º 53º da CNU. É considerada lícita uma intervenção armada em legítima defesa preventiva se efectuada contra um Estado inimigo (tenha sido inimigo de qualquer signatário da CNU na 2ªGM) de

¹⁵ Consultar o Apêndice 5.

¹⁶ Com base no art.º 51º da CNU verifica-se que existe um requisito essencial para alegar a legítima defesa, que é a obrigatoriedade de “ocorrer um ataque armado” (ONU, 1945: 11).

¹⁷ A legítima defesa colectiva também pode ser evocada por um conjunto de Estados com base na CNU, assentando nos mesmos pressupostos da legítima defesa individual, no entanto, o Estado agredido tem que se declarar vítima e solicitar auxílio de outros Estados (Baptista, 2003: 198).



qualquer EM das NU de forma a impedir a renovação de uma política agressiva até ao momento em que as NU possam, a pedido dos Estados interessados, ser incumbidas de impedir nova agressão por parte desse Estado (ONU, 1945: 12).

Paulo refere que sendo polémica a identificação do que é uma ameaça ou ataque iminente, em termos do DI, se associarmos o conceito de “Legítima Defesa” ao de “Guerra Preemptiva”, este fica legalizado. Para um Estado evocar a legítima defesa preemptiva, têm que verificar-se as seguintes condições: existência de um ataque iminente sem possibilidades de intervenção do CS, em tempo útil; utilizar unicamente a força necessária para neutralizar a ameaça iminente; e justificar ao CS o ataque efectuado (2008: 34). O problema surge em identificar as intenções subjacentes a um Estado a fim de determinar se um ataque é iminente (Baptista, 1997: 485).

A “Legítima Defesa Preemptiva” não contraria uma reacção de legítima defesa contra actos que já se iniciaram, no entanto, não se trata de “Legítima Defesa Preemptiva”, mas de legítima defesa “pura” contra um ataque que está a ocorrer (Baptista, 2003: 141).

b. Guerra contra o terror, terrorismo e terroristas

Os ataques de 11 de Setembro fizeram os EUA compreender que, para além de serem um alvo, encontravam-se vulneráveis no seu próprio território (Tomé, 2004: 159). O Presidente dos EUA confirmou-o, no discurso *State of the Union* ao referir que “*A América deixou de estar protegida por vastos oceanos*”¹⁸. No discurso à Nação referiu que “*A América e os nossos amigos e aliados juntam-se a todos os que querem paz e segurança no mundo, e permanecem juntos para vencer esta guerra contra o terrorismo*”¹⁹.

A 14 de Setembro de 2001, depois da autorização do Senado, o Presidente dos EUA disse que “*a guerra foi declarada*”, no entanto, a declaração de guerra só ocorreu no dia 20 de Setembro, no discurso presidencial ao Congresso. Nessa declaração referiu que “*a 11 de Setembro, os inimigos da liberdade cometeram um acto de guerra contra o nosso país*” e “*A nossa guerra contra o terror começa com a Al Qaeda, mas não termina com ela. Não terminará até que os grupos terroristas de alcance global forem encontrados, detidos e derrotados*”. Identificou o inimigo (Al Qaeda e todos os governos que os apoiam), lançou um ultimato aos Talibãs afegãos com várias exigências²⁰, alertando que as mesmas não

¹⁸ Discurso de George W. Bush, *State of the Union*, a 29 de Janeiro de 2002. Disponível em <http://merln.ndu.edu/archivepdf/wmd/WH/20020129-11.pdf> (acedido a 7 de Março de 2011).

¹⁹ Discurso de George W. Bush, Statement by the President in his address to the Nation, a 11 de Setembro de 2001. Disponível em <http://www.opm.gov/guidance/09-11-01GWB.htm> (acedido a 7 de Março de 2011).

²⁰ As exigências feitas pelo Presidente dos EUA aos Talibãs foram: “*entregas autoridades dos Estados Unidos todos os líderes da Al Qaeda que se escondem no vosso território. Libertar todos os estrangeiros,*



estavam abertas a negociação ou discussão, e pressionou o mundo para que estivesse do seu lado na guerra que considerou como *“Este é um combate mundial. Esta é uma luta da civilização. Esta é uma luta de todos aqueles que acreditam no progresso e no pluralismo, tolerância e liberdade.”* (Tomé, 2004: 162).

O termo “Guerra”, utilizado pelo Presidente George W. Bush, trouxe dúvidas se seria o conceito correcto a aplicar. Segundo Habermas, a utilização desta expressão é um erro porque eleva os terroristas a um estatuto de combatentes, assume que se pode combater numa guerra contra uma rede e o próprio termo “Guerra” perde o seu sentido (Borradori, 2003: 35). Derrida considera a expressão confusa já que, tradicionalmente, a guerra é definida como um confronto entre dois Estados inimigos e o Presidente dos EUA, ao mesmo tempo que declarou uma guerra, não conseguiu identificar um Estado como inimigo, mas sim uma rede (Borradori, 2003: 101).

Elshtain alega que não se pode fazer uma guerra contra a *Al Qaeda* por tratar-se de um actor não-estatal. Consequentemente, também não se pode usar, legitimamente, uma força para combater o terrorismo. O Estado agredido torna-se agressor e vai para a guerra contra actores não-estatais como se fosse uma entidade terrorista. Nesta perspectiva, o ónus moral é colocado sobre o país agredido e não sobre os terroristas (2007: 127).

A administração Bush aplicou o termo “Guerra” incoerentemente, tratando alguns combatentes como PG, detendo-os e não lhes possibilitando julgamento até que a guerra termine, enquanto tratou outros alegados terroristas como criminosos, sujeitos a acusação e punição através do sistema judicial, mesmo quando esses crimes não são ilegais do ponto de vista das “Leis da Guerra” (Aukerman, 2008: 145).

A guerra contra o terror, terrorismo e terroristas é diferente das outras guerras em vários aspectos. A *Al Qaeda* é um actor não-estatal que não pode ser sancionado pela CI como um Estado, não conhece limites e não respeita as regras (Elliott, 2008: 137). Com efeito, o terrorismo não é um “inimigo” bem definido, o torna difícil estruturar estratégias, e na sua ausência, somente somos capazes de discorrer sobre quais os meios e capacidades mais adequados para o enfrentar (Smith, 2008: 315).

Segundo Ribeiro, o combate ao terrorismo caracterizar-se-á por ser um conflito de longa duração e assimétrico. O terrorismo é realizado por um novo “inimigo”, *“móvel e*

incluindo cidadãos americanos, que vocês injustamente aprisionaram. Proteger os jornalistas estrangeiros, diplomatas e trabalhadores estrangeiros que estão no vosso país. Fechar imediatamente e permanentemente todos os campos de treino terroristas no Afeganistão, e entregar todos os terroristas e qualquer pessoa da sua estrutura de apoio às autoridades competentes. Dar aos Estados Unidos acesso pleno aos campos de treino terroristas, para nos certificarmos de que já não funcionam” (Bush, 2001: 3).



transnacional”, que pode não apoiar-se num Estado-Nação, mas numa ideologia ou religião. Organiza-se de forma a transformar a maior potencialidade dos países ocidentais, a liberdade, numa fraqueza e procura uma desproporção entre os meios utilizados e os fins obtidos, criando um efeito “*psicológico de terror*” nas sociedades, para que os governos sejam persuadidos, pela sua população, a irem de encontro aos seus objectivos (2005: 125).

A delimitação do acto terrorista na categoria do “mal” denota uma lógica que sugere não haver explicação racional para a violência que causou e causa tanta destruição e morte. Transfere o confronto para um plano transcendental, onde a guerra entre o bem e o mal se situa (Klusmeyer e Suhrke, 2002). Este movimento permite afastar a discussão sobre o contexto político do ataque e adoptar medidas retaliatórias drásticas que prescindam de uma justificação baseada numa racionalização política da situação. Daí o recurso incisivo à “Guerra Justa” no discurso do Presidente dos EUA (Nogueira, 2004: 46).

Apesar do esforço mundial na “Guerra contra o terror” existem pontos na estratégia dos EUA que são polémicos entre a CI, principalmente com alguns aliados europeus. Desde as primeiras tomadas de posição que, as políticas anti-terroristas da União Europeia (UE) divergiram das dos EUA. Realça-se a prevenção em vez da punição e a referência explícita ao “*pleno respeito pelos direitos humanos*”, uma crítica à situação de *Guantanamo*. Gijs Vries refere que a estratégia americana e europeia é similar, no entanto, não significa que a resposta tenha que ser igual (2004: 2). Os pontos que criaram divergência estão na NSS e na *National Strategy for Combating Terrorism* (NSCT) de 2003, e são: pressão coerciva sobre os Estados Párias; possível alienação dos mecanismos multilaterais formais; novo entendimento sobre as acções preventivas e preemptivas; e o princípio das “*coligações flutuantes*” ou “*coligações de vontades*” (Tomé, 2004: 201).

Erradicá-lo por completo, tal como ao General Loureiro dos Santos, também a nós, parece-nos uma utopia, apenas imaginável num mundo perfeito. Para contrariar a propagação das ideias fanáticas e extremistas de cunho islâmico, será importante proceder à implementação de medidas concretas de apoio ao desenvolvimento sustentado das sociedades mais susceptíveis à sua propagação. Finalmente, a criação e manutenção de um ambiente seguro, constitui-se condição indispensável para que todas as medidas possam efectivamente ser concretizadas (NMSP-WOT, 2006: 26-27).

c. Guerra Justa

A legalidade de uma intervenção não é o único critério para determinar se o comportamento de um Estado é aceitável ou não. Os critérios humanos, éticos e políticos



têm uma grande importância nas RI modernas. Quando as Leis servem apenas a si mesmas, existe uma falta de legitimidade. A legitimidade permite apoiar e reforçar a legalidade e quando necessário corrige-a. Quando o DI impede que a CI intervenha numa situação em que uma população esteja em sério risco, a diferença entre a legalidade (assente no Direito) e a legitimidade é claramente manifestada, o que acontece quando as Leis e Normas são vistas como limitadas, obsoletas ou prejudiciais às pessoas. A legitimidade pode servir de força correctiva invocada pela justiça global, dignidade humana, protecção de emergência ou segurança ambiental. A legitimidade precisa da Lei, como a Lei necessita da legitimidade. A Lei não pode ser respeitada se é considerada ilegítima, enquanto a legitimidade aparece assente na Lei para prevenir oportunismos (UNU, 2008: 1).

O pensamento sobre a ética da guerra tenta aproximar as perspectivas idealistas e realistas, procurando através da Teoria da “Guerra Justa” legitimar a violência do Estado contra ameaças, justificando os fins e impondo limitações aos meios. A regulação da violência e da ética do uso da força nas RI foi, e é, uma preocupação das diferentes tradições de pensamento sobre ética internacional, desde Tucídides, passando por Cícero, São Agostinho, São Tomás de Aquino, Hugo Grotius, Gentili, Emanuel Kant e outros filósofos e juristas que influenciaram a Teoria das RI (Nogueira, 2004: 50). Estes pensadores procuraram responder a duas perguntas fundamentais: quando é permissível travar uma guerra? (*Jus ad Bellum*); e quais as limitações na forma de travar uma guerra? (*Jus in Bello*) (Vicente, 2006).

Apesar da definição de guerra não ser consensual, o direito à guerra (*Jus ad Bellum*) e o direito da guerra (*Jus in Bello*), foram constantes no pensamento de homens como Francisco de Vitória (1480-1549), Francisco de Suárez (1548-1617), Hugo Grotius (1583-1647) e Emmerich de Vattel (1714-1754), que consideravam a guerra como um substituto processual de carácter jurídico permitido, por vezes exigido, como modo de reposição da justiça e punição dos Estados violadores das Normas (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003: 15). No percurso até ao século XX é importante referir Emanuel Kant, no seu pensamento da guerra defensiva e do princípio da não ingerência (Macedo, 2005:12).

A Conferência de Haia, em 1907, e mais tarde o Pacto da Sociedade das Nações (SDN) são os primeiros passos no século XX no caminho da restrição da guerra. Ainda antes da 2ªGM, o Pacto de Briand-Kellog, assinado por 15 Estados em 1928, proibia a guerra como instrumento político, com excepção da legítima defesa e da intervenção armada decidida pela SDN.



Após a 2ªGM, com a CNU, o recurso à força ficou banido das RI. As excepções contempladas neste documento foram a legítima defesa, a guerra de libertação e os actos de segurança colectiva, decretados pelo CS ou Assembleia-Geral (AG). Apesar da CNU incorporar o princípio de não recorrer ao uso da força nas RI²¹, não tem a pretensão de eliminar a guerra de forma definitiva, como era pretensão do Pacto Briand-Kellog, como está plasmado no art.º42º e 44º do Capítulo VII da CNU, onde considera o recurso ao uso da força para manter ou restabelecer a paz e segurança internacionais. A CNU relaciona o conceito de “injustiça” com agressão e de “justiça” com legítima defesa. Não permite a ameaça ou o uso da força contra a independência política ou integridade territorial de qualquer Estado, mas permite o uso da força em legítima defesa (ONU, 1945).

A superação da Doutrina Agostinha da “Guerra Justa”, predominante na Idade Média, foi fundamental no processo de constituição do sistema europeu de Estados modernos. A Doutrina de Gentili afirmou que não existia um padrão absoluto para estabelecer a justiça de uma guerra, contribuindo desta forma para conferir uma igualdade de estatuto aos beligerantes (Nogueira, 2004: 50).

Não se tratava de avaliar a justiça das motivações que levam os Estados à guerra, visto que estes, como Soberanos, passariam a ser considerados fonte legítima da decisão sobre o uso da força. A questão da justiça tornou-se contingente às relações entre os próprios Estados e não é determinada por critérios abstractos, estabelecidos fora dessa relação com base na religião. Isto não quer dizer que, a tradição da “Guerra Justa” tenha desaparecido com as inovações do DI moderno, mas antes que considerações de justiça passaram a aplicar-se à condução da guerra e não só às suas causas (Forsyth, 1992).

Nogueira refere que o controlo do uso legítimo da violência pelo Estado permitiu resolver a questão ética e moral que, durante séculos esteve sujeita às vicissitudes da doutrina da “Guerra Justa”. O interesse do Estado passou a condição suficiente para a justiça de um conflito. Uma consequência importante desta mudança conceptual foi a exclusão de actores não-estatais do direito a defender causas justas através do uso da força. Da mesma forma, o espaço para a acção política de actores não-estatais foi diminuindo progressivamente à medida que o Estado moderno passou a controlar a regulação das esferas social, económica e cultural das sociedades (2004: 51).

Na política mundial deste século, a violência organizada por actores não-estatais, adquiriu estatuto de guerra e as redes globais substituem os Estados como uma fonte de

²¹ Como expresso no nº4 do artº2 (ONU, 1945: 2).



ameaça (Huysmans, 1998). Os atentados de 11 de Setembro representam o maior acto de violência contra um Estado Soberano por um actor não-estatal na História do Sistema Internacional (SI) moderno (Nogueira, 2004: 56).

A Teoria da “Guerra Justa” estabelece critérios e princípios que visam manter um quadro moral plausível para a guerra. A partir da tradição da “Guerra Justa” (*Bellum Justum*), os teóricos distinguem as Normas que regem a justiça da guerra (*Jus ad Bellum*), as que governam justa e equitativamente a conduta na guerra (*Jus in Bello*) e as que responsabilizam os beligerantes após a guerra (*Jus post Bellum*). Os três aspectos não se excluem mutuamente, mas oferecem um conjunto de orientações morais para impor limites na guerra (Moseley, 2009: 4). Thomas More levantou a necessidade de definir as dimensões da legitimidade (dever fazer) e legalidade da guerra (poder fazer) (1995: 114).

d. *Jus ad Bellum*

Os pensadores actuais falam em seis critérios para o direito de fazer a guerra (*Jus ad Bellum*): causa justa; autoridade competente; correcta intenção; último recurso; probabilidade de sucesso; e proporcionalidade (Arend, 1998: 345).

O primeiro critério é a causa justa e divide-se na substância da causa e na justiça comparativa. Na substância da causa deve haver uma razão legítima para a guerra porque um Estado não pode simplesmente declarar guerra, mas ligado a este conceito existe um elemento crítico na doutrina da “Guerra Justa”, a presunção contra o uso da força (Arend, 1998: 346). Para Walzer as excepções que justificam moralmente a guerra, na ausência de uma ameaça efectiva, consistindo causa justa: intervenção por antecipação em casos de agressão iminente, pondo em risco a integridade territorial e a soberania do Estado; intervenção para anular os efeitos de uma intervenção anterior; ingerência em situações de violação dos DH, assumindo um estatuto de “intervenção policial” para cessar actuações criminosas de Estados; e prestar auxílio a movimentos secessionistas, desde que provado o seu carácter representativo (Nye, 2002: 188-189).

Os teóricos da “Guerra Justa” concordam que deve existir uma causa justa, mas divergem em como classificá-la. James Childress refinou o conceito da substância da causa e resumiu-o a três circunstâncias: proteger inocentes de um ataque injusto; restaurar os direitos, injustamente retirados; e restabelecer a ordem. Na primeira existe unanimidade porque os teóricos defendem que o Estado pode utilizar a força no caso de sofrer um ataque armado, mas as opiniões diferem no conceito de “ataque armado”. Na segunda, os problemas são maiores porque os teóricos utilizam-na para justificarem o uso da força face



a um caso de genocídio ou de violação dos DH, mas discute-se em que circunstâncias, a intervenção humanitária, pode ser justa. Na terceira existem alguns problemas para justificá-la, devido ao conceito de “ordem” e á sua violação (Arend, 1998: 347).

Na justiça comparativa para um Estado usar a força, a sua causa justa deve ser melhor do que a do oponente e justificar a “*violência, destruição, sofrimento e morte*” causada pela guerra (Arend, 1998: 348).

Um outro critério prende-se com a autoridade competente para iniciar a guerra. A CNU diz-nos que só o CS pode declarar a guerra, visto que os EM depositaram-lhe essa prerrogativa em prol de uma segurança colectiva. Quando o conceito de autoridade competente é aplicado no uso da força contra os terroristas, não existem problemas porque os Estados são as entidades que respondem aos terroristas (Arend, 1998: 346).

A correcta intenção é outro critério do *Jus ad Bellum*. O último objectivo da guerra é estabelecer a paz e não destruir o inimigo, para terminar com o comportamento que tenha violado a paz. É um dos critérios mais difíceis de alcançar porque na guerra, o inimigo é visto como o “mal” e o sentimento de vingança está presente. Dada a táctica dos grupos terroristas e ideologia fanática é muito fácil ir-se para além da razão (Arend, 1998: 348).

O critério do último recurso refere que as hostilidades só devem iniciar-se no caso de todas as hipóteses pacíficas de resolução de conflitos terem sido esgotadas. No entanto, algumas das hipóteses não estão formalmente disponíveis nos grupos terroristas: não possuem missões diplomáticas, no sentido tradicional; não são membros de Organizações Internacionais (OI); e não são susceptíveis a sanções económicas e a outro tipo de pressões não violentas. Como consequência, não é claro como é que um Estado pode esgotar os métodos pacíficos de resolução de conflitos com os terroristas (Arend, 1998: 349).

Para Arend, o critério da probabilidade de sucesso refere que um Estado só se empenha no uso da força se for provável que obtenha êxito. Numa guerra convencional o sucesso acontece quando a agressão termina ou o território é recuperado ou o *status quo* anterior foi restabelecido. Este critério é de fácil aplicação numa guerra convencional, mas de difícil aplicação no terrorismo porque desconhece-se o critério de sucesso (1998: 349).

O último critério é a proporcionalidade que está presente no *Jus in Bello* e no *Jus ad Bellum* e significa que “*os danos infligidos e os custos incorridos pela guerra devem ser proporcionais ao bem esperado por pegar em armas*” (Arend, 1998: 350). Estamos diante de um cálculo problemático de fazer porque é difícil antecipar todas as consequências de uma guerra.



3. *Jus in Bello* e a “Guerra contra o terrorismo”

a. As Convenções de Genebra e a “Guerra contra o terrorismo”

A forma de “fazer” a guerra tem mudado ao longo da História. Actualmente, as sociedades condenam as pilhagens e as mortes de civis nos territórios onde ocorrem as guerras, ou seja, procura-se “humanizar” a guerra. Regulou-se a utilização de armamento, definiu-se o que torna uma guerra legítima e procurou-se proteger aqueles que não estão envolvidos directamente no conflito. A definição do estatuto e a regulamentação dos PG surge na tentativa de minimizar os danos dos conflitos armados e o desrespeito dos DH.

O desenvolvimento da Lei internacional moderna sobre a guerra e o uso da força remontam ao fim do século XIX. Incorpora duas áreas distintas: cobertura tradicional da “Lei da Guerra”, a partir da 1ª Conferência de Paz de Haia (resultando em várias declarações e Convenções de limitação de armamento – 1899), seguida da 2ª Conferência de Paz (resultando nas Convenções de Haia – 1907) e por meio de Acordos de controlo de armas modernas e os vários Protocolos de Genebra; e na vertente jurídica é aceite a ideia de que o conflito armado procura essencialmente, por razões humanitárias, limitar a forma como as hostilidades são conduzidas. Tornou-se à Lei Humanitária Internacional e à fonte de base moderna, *Jus in Bello* (Linnan, 2008: 227).

A 2ª Convenção de Haia²² é o documento pioneiro do estatuto de PG. O art.º4º do 2º Capítulo refere que os PG estão sob poder do Governo inimigo e não dos indivíduos que o capturaram, devem ser tratados humanamente e não perdem o direito à propriedade dos bens que trazem consigo, excepto “*armamento, cavalos e documentação militar*”. Garante-se, também, a satisfação de necessidades básicas. O art.º8º refere que os PG estão sujeitos às Leis do Estado que os capturou (Teixeira, 2010: 40).

Existe regulamentação internacional no que diz respeito aos direitos dos PG, como humanos, ao seu estatuto particular, e como combatentes inimigos capturados em tempo de guerra. Vamos analisar se a regulamentação internacional pode ser aplicada, ou não, aos suspeitos de terrorismo, referindo os pontos sensíveis da sua aplicação.

(1) Convenções de Genebra

As regras relevantes, acordadas nas Convenções de Genebra e de Haia, estipulam as condições sobre as quais os combatentes quando capturados podem ser considerados e ter plenos direitos de PG. No pressuposto que não são pessoalmente responsáveis por

²² *Convention with respect to the Laws and Customs of War on Land – HAGUE II – 29 July 1899.*



atrocidades ou outros crimes de guerra, estão imunes a qualquer procedimento pessoal de culpabilidade e criminal (Meisels, 2008: 93).

De acordo com a Convenção de Haia de 1907, para um combatente ser considerado PG deve usar “*um distintivo fixo visível à distância*” e deve “*transportar a sua arma à vista*”. Duas outras condições, importantes, referem que os combatentes devem fazer parte de uma “*cadeia de comando*” e obedecerem aos “*costumes e Leis da Guerra*”. Estas características foram elencadas para distinguir os soldados de espões, sabotadores e combatentes da guerrilha que utilizassem roupas civis (Meisels, 2008: 94).

Ser tratado como PG é um direito e exige um estatuto particular. A partir, do momento que são capturadas, deixam de ser combatentes inimigos e passam a ser considerados detidos, até ao final do conflito. As directivas internacionais definem que, em todos os momentos e situações, os PG devem ser tratados “*humanamente*” e com “*dignidade*”. Os direitos dos PG previstos na documentação internacional servem para salvaguardar os direitos que em nenhuma circunstância devem ser retirados a um ser humano e não para conceder-lhes privilégios (Teixeira, 2010: 40).

A 3ª Convenção de Genebra (1949), relativa ao tratamento de PG, no art.º 4º elenca uma série de categorias dentro das quais uma pessoa pode ser considerada PG. Nos restantes artigos da Convenção são referidas as condições de cativo, as medidas de protecção dos PG, a garantia das necessidades básicas de sobrevivência (alimentação, alojamento, vestuário e cuidados médicos), as sanções aplicadas e as circunstâncias em que são aplicadas, o funcionamento dos processos judiciais, a religião, actividades intelectuais e físicas, a disciplina, entre outras (Teixeira, 2010: 40).

Mais precisa é a regra estabelecida no Protocolo I às Convenções de Genebra, aprovado em 1977. O art.º 75º concede uma protecção mínima a qualquer pessoa que esteja em poder de uma parte no conflito e que não beneficie de tratamento mais favorável, nos termos das Convenções de Genebra, atribuindo-lhe, por um lado, protecção contra os tratamentos cruéis e degradantes, nomeadamente a tortura, por outro, o direito a ser informada das razões da detenção e o direito a ser libertado, excepto no caso de imputação de uma infracção criminal. Nesse caso, deverão ser julgados por “*um tribunal imparcial e regularmente constituído em conformidade com os princípios comumente reconhecidos do processo judicial regular*”, que deverá compreender nomeadamente o princípio da proibição da irretroactividade da Lei Penal, da presunção de inocência, da publicidade da audiência e em geral de todas as regras inerentes a um processo justo. A intenção do



Protocolo é não deixar ninguém sem protecção legal, no caso de existência de um conflito armado. Os EUA, tendo assinado o Protocolo, ainda não o ratificaram, no entanto, a vinculatividade do Protocolo é incontestável, uma vez que traduz uma regra do DI consuetudinário: reconhecimento a toda e qualquer pessoa envolvida num conflito de garantias mínimas compatíveis com a dignidade da pessoa humana.

Como conclusão pode afirmar-se que o estatuto do PG garante a humanidade do prisioneiro, no entanto, nem sempre foi respeitado e, ainda hoje, verificam-se abusos nesta área, como são o caso das prisões de *Abu Ghraib* e *Guantanamo* (Teixeira, 2010: 41).

O problema coloca-se na denominação do terrorista ser considerado combatente ou um não-combatente. Embora, os suspeitos de práticas terroristas, os detidos da “Guerra contra o terrorismo” não estejam na série de categorias que confira-lhes o estatuto de PG, no entanto, o art.º5º da Convenção de Genebra, define que as pessoas que não satisfaçam o art.º4º da Convenção beneficiarão da protecção da Convenção até o seu estatuto ser fixado por um Tribunal competente (CICV, 1992: 63).

(2) Combatentes e Não-Combatentes

Caracterizemos os terroristas para compreendermos se são ou não combatentes. O General Pinto Ramalho refere que os terroristas apresentam características únicas. São agentes da conflitualidade da actualidade que, vivem em áreas de difícil acesso, no seio da população e são protegidos pela mesma. Esse apoio é conseguido através da cultura, da mentalidade incutida e pela coacção que fazem sobre a população. Executam as suas acções terroristas com base na tecnologia disponível, não seguem as regras estabelecidas e aceites pelo DI no que diz respeito às “Leis da Guerra” ou “Humanitário”, antes pelo contrário, utilizam-nas em seu proveito. Os terroristas actuais são radicais, apoiam-se no “*fundamentalismo religioso*”, atacam objectivos que não são negociáveis e estão dispostos a morrer pela sua causa. São pacientes, procuram corroer a vontade de combater do adversário, a sua acção é política e estratégica, no entanto, para o terrorista é tática. O objectivo estratégico encontra-se na mente e na determinação política da retaguarda do adversário, mas não na posse ou controlo de terreno. O recrutamento destes terroristas é feito, grande parte, por internet e aproveita as oportunidades conferidas pelos Órgãos de Comunicação Social (OCS). Conhece o “terreno” onde actua e retira vantagem do meio urbano e da população para tentar igualar a superioridade tecnológica do seu adversário, optando pelo conflito assimétrico. Está preparado para morrer e para incutir o maior número de baixas civis ao adversário em prol da causa. Acredita na vida após a morte e



possui uma atitude moral e psicológica que advém do diferente quadro cultural, de valores e comportamental. Opera no conflito assimétrico por opção, quer no “*domínio dos meios, dos objectivos e das motivações e dos valores*” (2010: 16).

Os EUA não atribuíram aos detidos de *Guantanamo* o estatuto de PG e chamam-lhes “combatentes ilegais”. A 22 de Janeiro de 2002, o Secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, justificou-se referindo que os detidos de *Guantanamo* não são PG porque a “Guerra contra o terrorismo” não é uma guerra normal, não ocorreu entre Estados-Nação reconhecidos. Ao não enquadrar-se num conflito convencional, aparentemente, também não se aplica a Jurisdição Legal Internacional. Consequentemente, como a *Baía de Guantanamo* não é território dos EUA, também não se conferia os Direitos constitucionais norte-americanos aos detidos (Cerdeira, 2010).

A Lei das Comissões Militares dos EUA (*U.S. Military Commissions Act, 2006*) utiliza as condições originais estipuladas pelas Convenções Internacionais, especialmente para o estatuto de PG e distingue explicitamente “combatentes inimigos ilegais” dos “legais”. Define que os “combatentes legais” pertencem a Forças Armadas ou milícias associadas a um Estado, usam uniformes e insígnias, transportam visivelmente as armas e respeitam as “Leis da Guerra” (Meisels, 2008: 94).

O Juiz Stone refere que o termo “combatente ilegal” não é explanado na Convenção de Haia nem em nenhuma outra Lei internacional, mas representa um “*consenso e prática universal*” (Meisels, 2008: 95). A Lei internacional e a prática, efectivamente, deixam os combatentes irregulares virtualmente desprotegidos, embora a sua identidade “ilegal” não é em si um delito. Enquanto a identidade híbrida de combatente versus civil não é em si um delito de acção penal, outros actos de guerra atribuídos a irregulares são processáveis como crimes de guerra, como o terrorismo. O abate de não-combatentes durante um conflito armado é reconhecido como um crime de guerra pelas Convenções de Genebra e mais recentemente pelo Estatuto de Roma (Meisels, 2008: 110).

Os direitos garantidos pela 3ª Convenção de Genebra para os “combatentes legais” foram expressamente negados aos “combatentes ilegais” pela Secção 948b da Lei das Comissões Militares. Existem duas preocupações distintas para o tratamento de ilegais: justiça dos tribunais e humanidade do processo de detenção (Meisels, 2008: 112).

Os advogados de Bush atribuíram diferentes significados ao termo “terrorismo” em cada uma das suas utilizações. Em primeira instância, o termo é invocado para transmitir um estatuto inferior ao acusado (a de um desprotegido “combatente ilegal”). Em segunda



instância, o termo é usado para descrever uma lista de crimes de acção penal pública (pertencentes a determinadas organizações ilegais ou que participem na morte de civis). O critério da Jurisdição assenta no estatuto atribuído aos “combatentes ilegais” (nem direito à imunidade dos soldados nem direito aos direitos acordados pela Lei criminal civil). Mais tarde, o termo “terrorismo” refere-se a crime específico, não por não usarem uniforme ou transportarem armas à vista, mas por actividade criminal tais como: apoiar a *Al Qaeda* ou a cumplicidade de assassinato de americanos (Meisels, 2008: 113).

O termo “combatente inimigo ilegal” foi empregue duas vezes. Em 2001 utiliza-se o termo “combatentes ilegais” para identificar as pessoas que são suspeitas de serem terroristas, ou seja, que estão a ser alvo de determinado procedimento e para referir ao que o procedimento irá tentar provar (Meisels, 2008: 113).

Se um Estado optar pela guerra, então precisa aceitar que o uso da força pelo seu oponente é legítima enquanto o oponente respeitar as “Leis da Guerra”. A guerra é uma forma de violência política, portanto o simples soldado não pode ser condenado pelos actos violentos cometidos, independentemente das políticas, pelas quais lutam, serem condenáveis ou não (Aukerman, 2008: 148).

Não é lógico sugerir que a violência cometida pela *Al Qaeda* é legítima. Isso indica-nos que é um erro considerar a *Al Qaeda* como uma força oponente na “Guerra ao terrorismo”. É usual os terroristas serem retratados como criminosos e assassínios, logo não combatem guerras, mas os soldados, pelo contrário, combatem. No entanto, ao definir “Guerra contra o terrorismo”, está-se a dizer que os combatentes, de ambos os lados, são soldados e são chamados para cometerem actos violentos. Por outras palavras, aceita-se que a violência praticada pela outra parte é legítima desde que cumpra com o *Jus in Bello*. Os terroristas, ao contrário dos soldados, não podem legitimamente prosseguir os objectivos políticos através da violência. Além do referido, não podemos imunizar a *Al Qaeda* e as suas redes porque os seus operacionais não são responsáveis pelo mal ou pelas atrocidades dos seus líderes durante a guerra. Desta forma, não podemos estabelecer um paralelismo entre soldados e terroristas (Aukerman, 2008: 149).

A administração Bush sustentou que, por os EUA encontrar-se em guerra, os detidos de *Guantanamo* são combatentes e não criminosos, portanto podem ser detidos indefinidamente sem julgamento como os PG. Simultaneamente defendem que as acções (simples participação nas hostilidades ou apoio total) dos detidos, embora realizadas em guerra, são ilegítimas e por isso não tem estatuto de PG. Na tentativa de conciliar as



afirmações contraditórias, defendem que os detidos não são criminosos nem PG, mas sim “combatentes ilegais” (Aukerman, 2008: 152).

Nem a administração Bush, nem a maioria dos americanos acredita que a violência da *Al Qaeda* é justificada, mesmo que ataquem as forças americanas. Tentou, também argumentar que estão em guerra e a violência da *Al Qaeda* é ilegítima, enfatizando que é proibida em tempo de guerra. Desta forma, defendem que os seus oponentes na guerra são “combatentes ilegais” e não soldados (Aukerman, 2008: 153).

Os EUA diferenciou a violência legítima da ilegítima, conforme os combatentes estejam ou não vinculados a Estados, como forma de deslegitimar a violência utilizada por ou em nome de organizações que são consideradas ilegítimas pelos Estados-Nação ou que ameaçam a sua hegemonia. A distinção entre violência praticada por um Estado-Nação, considerada legal, e a violência ilegítima, por uma organização não-estatal e não apoiada por um Estado-Nação, passou a distinguir a violência do Estado do terrorismo (Cerdeira, 2010).

Segundo Aukerman, as “Leis da Guerra” proíbem certos actos, independentemente de quem os execute, e limitam a violência, restringindo o uso da força. A questão não se coloca se o acto *per si* é ilegal, mas na pessoa que o comete, se possui ou não direito para o executar. Em tempo de guerra, os militares podem matar pessoas, ao contrário dos civis. Estes actos são perfeitamente legais se executados por militares e são ilegais se cometidos por “combatentes ilegais” (2008: 153).

O art.º4ºA da 3ª Convenção de Genebra indica-nos quais são os combatentes que são considerados PG e a categoria de “combatentes ilegais” não aparece. Aukerman refere que os detidos de *Guantanamo* e noutros locais não possuem os privilégios de PG que está estabelecido na Convenção (2008: 153), mas os EUA anunciaram que reconheceriam o Governo representativo do Afeganistão, quando se iniciou a guerra, como um Estado qualificado sob as Convenções de Genebra, porém negou aos Talibãs e a todos os detidos capturados na “Guerra contra o terrorismo” o estatuto de PG (Cerdeira, 2010).

Mas os combatentes Talibãs não são “combatentes ilegais” porque o Afeganistão é um Estado e ratificou as Convenções de Genebra. Os Talibãs enquadram-se na subsecção (1) (membros das Forças Armadas de uma das partes do conflito) do art.º4ºA ou na subsecção (3) (membros de Forças Armadas regulares que obedecem a um Governo ou autoridade não reconhecida pela potência detentora). Tem existido alguns debates sobre a possibilidade dos Talibãs cumprirem os critérios estabelecidos na subsecção (2) (distintivo



identificativo), mas este parâmetro não se aplica aos soldados que estão enquadrados na subsecção (1) e (3). No entanto, os combatentes Talibãs são considerados “combatentes ilegais” no que respeita ao privilégio e ao estatuto de PG (Aukerman, 2008: 153).

Por contraste com os detidos Talibãs, os combatentes da *Al Qaeda* não são qualificados como “combatentes legais” se o conflito com a *Al Qaeda* não é considerado uma guerra. O art.º4º só se aplica a conflitos entre Estados e os requisitos estabelecidos na subsecção (2) também não são cumpridos (não usam distintivo identificativo, não trazem as armas à vista e não executam operações de acordo com as Leis da Guerra). No entanto, por não serem considerados combatentes não lhes retira a possibilidade de serem tratados como PG até um tribunal decidir que o não são (Aukerman, 2008: 153).

Para além do referido, a 3ª Convenção de Genebra aplica-se, unicamente, aos que cumprem os critérios de “combatentes legais”, mas isso não quer dizer que os detidos da *Al Qaeda* são “combatentes ilegais” ou que não estão protegidos pela Convenção ou por outros acordos internacionais. Os “combatentes ilegais” como outras pessoas que não se considerem PG são protegidas por diversos Tratados, incluindo a Convenção de Genebra. A Lei internacional dos Acordos Civis inclui os “combatentes ilegais”, abrange a maioria dos direitos dos PG excepto a imunidade do combatente e os Tratados da Lei militar, tais como a potência detentora trata os seus soldados (Aukerman, 2008: 154).

Mais importante é o facto de alguém não ser considerado “combatente legal” não implica que, automaticamente, seja considerado “combatente ilegal”. Determinando que alguém encontra-se fora do art.º4ºA, ou seja, não é um “combatente legal”, não responde à questão se é um “combatente ilegal” ou um civil (Aukerman, 2008: 154).

Para ser um “combatente legal” deve estar empenhado em actividades de combate, no entanto, para que existam combatentes é necessário que exista guerra. Na ausência de guerra, aqueles que cometem actos ilegais são criminosos e não “combatentes ilegais”. Os criminosos não podem estar detidos sem julgamento e quando processados e julgados devem sê-lo pelo sistema judicial criminal. Simultaneamente podem ser processados e punidos por todos os tipos de conduta, mas não quer dizer que seja apelidado de “combate” (Aukerman, 2008: 154).

A questão dos detidos de *Guantanamo* serem considerados “combatentes ilegais” ou civis que cometeram actos criminosos, leva-nos novamente à questão de ser considerada guerra ou não a “Guerra contra o terrorismo”. As Convenções de Genebra aplicam-se a “todos os casos de guerra declarada ou outro conflito armado” que ocorrem



entre Estados que sejam parte da 3ª Convenção de Genebra (art.º2º). É neste ponto que a guerra no Afeganistão cumpre o requisito, ou seja, era um conflito internacional entre dois Estados. Por contraste, a guerra com a *Al Qaeda* não é um conflito armado internacional. A *Al Qaeda* carece de personalidade legal internacional, não é um Estado e não faz parte das Convenções de Genebra. A administração Bush utilizou a inaplicabilidade das Convenções de Genebra para negar aos detidos da *Al Qaeda* o estatuto de PG. Mas se os detidos não são considerados PG porque o conflito com a *Al Qaeda* não satisfaz a definição de guerra, como preconizada nas Convenções de Genebra, isto significa que não estão em guerra com a *Al Qaeda*. Se não estão em guerra, os detidos não são “combatentes legais” nem “combatentes ilegais”, ou seja, não são combatentes (Aukerman, 2008: 154).

Pelas Leis internacionais, não existe distinção entre “combatentes legais” e “combatentes ilegais”. O estatuto dos “combatentes ilegais” pode ser deduzido pela negativa da definição dos soldados que podem ter o estatuto de PG pela Convenção de Haia de 1907 e pela 3ª Convenção de Genebra de 1949 (Meisels, 2008: 121). A distinção entre “combatentes legais” e “combatentes ilegais” está intrinsecamente ligado à diferenciação mais básica entre combatentes e civis e é essencial para proteger os civis. A Lei internacional reconhece a distinção entre os combatentes que cumprem as “Leis da Guerra” e partilham os seus riscos dos que não as consideram (Meisels, 2008: 124).

b. *Jus in Bello*

Na conduta da guerra (*Jus in Bello*) é necessário satisfazer dois princípios para que a guerra seja considerada justa: proporcionalidade e discriminação (Arend, 1998: 350).

O princípio da proporcionalidade requer que os meios utilizados na guerra sejam proporcionais aos fins a alcançar. Para tal, é necessário que o uso da força seja proporcional aos fins militares que se pretendem atingir nessa situação e ao contexto dos fins estratégicos e morais da guerra. Este princípio é de difícil aplicação porque tem sido frequentemente entendido como uma resposta específica a um acto terrorista, mas o nível da força tem que ser similar ao acto praticado. A dificuldade pode levar a um ciclo vicioso de actos terroristas e respostas equivalentes não existindo nenhum progresso para terminar com a série de actos (Arend, 1998: 350).

Quando o problema é o terrorismo, tem-se em atenção os objectivos últimos, no entanto, outra abordagem para a proporcionalidade torna-se plausível, normalmente designada de abordagem “*olho por olho e dente por dente*” ou “*dissuasão proporcional*”. Segundo esta abordagem, o Estado responde a um acto terrorista não usando a força



proporcional para esse acto, mas proporcional aos actos terroristas acumulados e aos actos futuros. Esta abordagem não resolve o problema do terrorismo e não é universalmente aceite (Arend, 1998: 350).

O princípio da discriminação proíbe os ataques intencionais contra não-combatentes e alvos não militares. Numa guerra convencional, os militares são facilmente identificáveis, pois utilizam uniforme, veículos militares e ficam alojados em quartéis, mas os terroristas não são fáceis de identificar, pois não utilizam, necessariamente, uniformes ou vivem em quartéis. São de facto civis, mas não são civis inocentes, portanto, uma das grandes dificuldades é identificar quais são os culpados. Este problema agrava-se porque os terroristas, frequentemente, usam civis inocentes e alvos imunes (igrejas e hospitais) como protecção. Um grupo terrorista pode possuir o seu esconderijo numa grande cidade, onde as pessoas movimentam-se diariamente (Arend, 1998: 351).

Os princípios da proporcionalidade e da discriminação procuram moderar a violência e a escalada da guerra, e podem ostensivamente implicar a aceitação de algumas formas de guerra e um olhar diferente sobre os actos, aparentemente aceitável. Assim sendo, estes são complementados por outras considerações que não estão sempre explicitamente incluídas na tradicional exposição de *Jus in Bello*, isto é especialmente verdadeiro no caso da questão da responsabilidade. A responsabilidade pelos actos de guerra relacionam os critérios do *Jus ad Bellum* e os princípios do *Jus in Bello* porque a justificação de participar numa guerra envolve responsabilidade, bem como os actos ordenados e cometidos na guerra (Moseley, 2009: 9-10).



4. A Comunidade Internacional face às questões conceptuais

Os actos terroristas do 11 de Setembro vieram unir a CI contra o terrorismo devido à condenação dos mesmos e a prova condenatória surgiu pelo CS, ao emitir a Resolução nº1368/2001. Pela primeira vez na história, da OTAN, invocou-se o art.º5º e a mensagem que a CI enviou ao mundo foi o ataque ao Afeganistão, a coberto da Resolução 1368, na qual reafirmou-se o direito dos países à legítima defesa individual e colectiva (Martín, 2006: 4). Deu-se início à primeira guerra do século XXI, em que o TO é o mundo e os adversários são actores não-estatais que recorrem ao terrorismo (Tomé, 2004: 163).

Os ataques de 11 de Setembro demonstraram que a CI não estava preparada para evitar este tipo de violência e marcaram o início do combate ao terrorismo como ponto fulcral da agenda da CI. Apesar de nas últimas décadas, o terrorismo transnacional constar da agenda das principais OI e ter captado a atenção dos OCS, os “*sistemas de previsão, resposta e gestão de incidentes terroristas*” (Fernandes, 2004: 417) não funcionaram.

Definir o terrorismo é um problema teórico e uma preocupação operacional para todos aqueles que o pretendem combater porque para desenvolver uma estratégia global eficaz é necessário um acordo relativamente ao problema com que se está a trabalhar.

A consciencialização dos efeitos da guerra trouxe a debate a legitimação e a legalidade, ou seja, a noção de “Guerra Justa”. O Presidente dos EUA recuperou este conceito para clarificar e justificar a “Guerra contra o terrorismo”. A legitimidade e a legalidade da guerra são problemas que as sociedades ocidentais enfrentam na “Guerra contra o terrorismo” e no qual a CI necessita reflectir para definir e regulamentar.

A aplicação da 3ª Convenção de Genebra aos terroristas capturados na “Guerra contra o terrorismo”, que se encontram detidos em *Guantanamo*, tem sido bastante polémica porque os EUA recusaram-se, inicialmente, a conceder o estatuto de PG aos detidos, mas também não os julgavam como criminosos. Designaram-nos de “combatentes ilegais” e, desta forma, estavam desprovidos de qualquer direito. Esta questão pode fazer de uma “Guerra Justa”, uma guerra não justa ou injusta.

A Teoria da “Guerra Justa” admite que há situações em que a guerra e a violência que esta necessariamente implica são moralmente justificáveis e legítimas. A sua tarefa consiste em pensar os limites que a justiça impõe à decisão de recorrer à guerra e à conduta que nela pode haver, tanto hoje como no passado. Costa refere que, a vantagem da Teoria da “Guerra Justa” é enorme porque permite distinguir quando uma guerra é injusta, equivalente a um crime, e quando esta é tolerável moralmente (2005: 118).



Para Walzer uma guerra só poderá ser inteiramente justa, obedecendo aos critérios do *Jus ad Bellum* e aos princípios do *Jus in Bello* (2000: 13). Quando a guerra é considerada justa, a CI apoia-a, o que não acontece, em princípio, se não for considerada justa. Em caso de não ser considerada justa, não quer dizer que é injusta. Quando a guerra é considerada legal e ilegítima, ou quando é ilegal e legítima estamos perante uma situação de guerra não justa. Nesta situação a CI divide-se no apoio e muitos outros factores podem influenciar o seu apoio. No entanto, se a guerra for ilegítima e ilegal será por consequência uma “Guerra Injusta”e, em princípio, a CI não a apoiará.

Figura 1 – Diagrama de análise da “Guerra Justa”

Diagrama do autor

a. Guerra Justa

A guerra é considerada justa quando a causa da guerra é legal e a condução da mesma é legítima. Para a guerra ser legal tem que estar apoiada no DI e para ser legítima deve cumprir conjuntamente os critérios do *Jus ad Bellum* e os princípios do *Jus in Bello*.

A legalidade de uma guerra está suportada no DI e por isso, normalmente, é resultado de uma Resolução do CS que pode ter por origem uma intervenção humanitária ou legítima defesa. A guerra ao ser legal, consequentemente, respeita a causa justa do *Jus ad Bellum*, no entanto, tem que respeitar outros critérios e princípios para que seja considerada legítima.



Segundo Costa, o *Jus ad Bellum* dirige-se, principalmente, aos Chefes de Estado e líderes políticos, sobre quem recai a responsabilidade da decisão de fazer a guerra (2005: 124). O *Jus ad Bellum* limita, praticamente, a concessão do estatuto de “Guerra Justa” às guerras que são travadas em legítima defesa, tornando, no entanto, imperativa a resistência à agressão. A ideia de que somente a resposta a uma agressão pode ser justificação para uma guerra é uma ideia central ao *Jus ad Bellum* que exclui do cômputo da “Guerra Justa” todas as guerras “programáticas”, como as “cruzadas” religiosas ou políticas.

Segundo a tradição, uma guerra para ser justa não deve ter apenas uma causalidade apropriada, deve também ser travada com boa intenção, de modo a evitar que a guerra seja um mero pretexto para alcançar outros objectivos, para além das razões que a justificam. Para se falar de boas intenções, uma guerra deve ser travada com a finalidade de defender a vida, a liberdade, a justiça ou promover a paz e não deve ter como finalidade a opressão dos povos ou visar fortalecer o “poder” de determinado Estado (Costa, 2005: 161).

As Convenções da guerra prevêm uma declaração pública de guerra por uma autoridade competente porque pressupõem que um Estado necessita do consentimento popular para declarar a guerra. O princípio da autoridade competente pretende, também, impedir que os cidadãos possam ser atacados por grupos privados ou indivíduos, ou que possam ser agredidos sem estarem preparados para defenderem-se (Costa, 2005: 163).

Walzer aceita o critério do último recurso porque considera que devem ser tomadas todas as medidas para evitar as guerras, mas levanta algumas objecções e impõe limites. O requisito do último recurso tem o mérito de obrigar os Estados a esgotarem todas as vias pacíficas e negociais que estão à sua disposição para impedir a guerra ou pelo menos fazer com que a decisão não seja tomada de ânimo leve. O problema é que, literalmente entendido, o último recurso não existe porque é sempre possível esperar algo mais, encetar mais uma diligência, desenvolver mais umas conversações, esperar pelos efeitos de mais uma Resolução da ONU, criar novas e mais duras sanções ou pura e simplesmente ir protelando o prazo da intervenção armada, de modo a tornar a guerra moralmente impossível (2000: 10).

O critério da probabilidade de sucesso é uma regra de natureza prudencial que, visa impedir que um Estado decida entrar numa “Guerra Justa” quando a hipótese de a vencer é reduzida ou quando os custos prováveis, em termos de vidas perdidas, excedem os benefícios esperados.



O critério da proporcionalidade pressupõe que os custos previstos devem ser proporcionais aos benefícios esperados ou, pelo menos, não devem ser superiores. Este critério é utilizado para postular a impossibilidade da justiça de uma guerra moderna.

O *Jus in Bello* exprime, segundo a tradição da Teoria da “Guerra Justa”, a justiça dos meios empregues na condução das batalhas. Em vez da problemática da agressão e da legítima defesa, característica do *Jus ad Bellum*, o *Jus in Bello* centra-se nas Normas que devem reger a conduta na guerra, sendo que estas revelam-se nos discursos e devem regular os juízos morais sobre o modo de actuação dos militares.

Enquanto o *Jus ad Bellum* tem como destinatários privilegiados os políticos, o *Jus in Bello* dirige-se essencialmente aos militares, que são os responsáveis pelo planeamento e execução das batalhas, entre os quais destacam-se os Comandantes, mas dirige-se também aos políticos, a quem cabe a tomada de decisão de recorrer a certas armas ou estratégias militares (Costa, 2005: 185).

Da independência lógica do *Jus in Bello* e do *Jus ad Bellum* derivam os dois princípios fundamentais que Walzer traduz da seguinte forma: “As regras da guerra consistem em dois grupos de interdições organizados em torno deste princípio central: o direito de matar pertence igualmente a todos os combatentes. O primeiro precisa como e quando podem matar, o segundo quem podem matar” (2000: 41). Ou seja, um dos princípios é a igualdade do estatuto moral dos combatentes, independentemente da facção pela qual combatem e da justiça que assiste a esse combate. Este princípio articula-se com os dois princípios basilares que estabelecem restrições à conduta em tempo de guerra: princípios da proporcionalidade e da discriminação. O primeiro estabelece os limites da violência que pode ser lícitamente exercida sobre os alvos militares legítimos, enquanto o segundo determina a natureza daqueles que podem ser visados numa acção militar.

De acordo com os parâmetros do *Jus ad Bellum* é possível determinar de que lado está a justiça num conflito militar, o mesmo não poderá ser feito em obediência aos princípios do *Jus in Bello*. A teoria da agressão não permite que ambas as partes do conflito lutem por uma causa justa, na medida em que não podem ser ambas agressoras ou agredidas, no entanto, de acordo com os critérios do *Jus in Bello*, é possível que ambas as partes lutem, quer de forma justa quer de forma injusta.

Independentemente da justiça da causa, a conduta na guerra deve obedecer sempre a restrições, que a distingam de um crime, e que exprimem-se sob a forma de Convenções.



O seu cumprimento substitui a força da necessidade militar porque as Convenções nunca podem ser iludidas ou desvalorizadas face ao *Jus ad Bellum*.

Segundo Walzer, as Convenções militares têm “*por objectivo estabelecer os deveres dos Estados beligerantes, dos comandantes militares e dos soldados, no que diz respeito à condução das hostilidades*” (2000: 127) e que apesar de terem sido acordadas ao longo do tempo, consoante as culturas e as religiões, mediante debates e negociações entre as partes em conflito, são mais do que meras regras empíricas ou preceitos de honra ou de utilidade e visam impedir que a guerra se transforme num inferno, numa guerra ilimitada. A sua força moral apoia-se na validade universal dos Direitos do Homem, pelo que são válidas tanto para o Estado agressor como para o agredido (2000: 227).

Subjacente a este aparente rol de convencionalismos estão princípios éticos que determinam a igualdade moral dos combatentes e a imunidade dos não-combatentes. Existe igualdade moral dos combatentes, independentemente da facção pela qual lutam e da justiça que assiste à sua causa. Os limites aplicáveis à conduta da guerra são impostos aos agressores e aos agredidos, assim, o estatuto moral dos soldados não pode variar consoante o lado da barricada em que se encontram. A igualdade decorre não só do facto do soldado ser um instrumento político de comunidades com estatuto análogo, mas também porque ele próprio é um ser humano do mesmo modo que os seus inimigos. Partilha uma humanidade comum que ressurge com toda a força quando o soldado recupera o estatuto de civil ou é feito prisioneiro ou quando se proíbem tratamentos que não afectam directamente a sua capacidade militar mas a sua natureza humana.

O princípio da discriminação identifica os alvos legítimos que um combatente pode visar. Esta tarefa é essencial para a moralidade porque é a capacidade de discriminar os alvos que podem ser visados pela violência militar que constitui a marca que distingue a guerra, do assassinato e do massacre. De facto, um dos objectivos da rejeição da escala móbil é impedir que as guerras se possam confundir com massacres. Este princípio atribui imunidade à violência na guerra “*apenas àquelas pessoas que não são nem treinadas nem preparadas para a guerra, que não combatem ou não podem combater: as mulheres, as crianças, os padres, os velhos, os membros das tribos, das cidades ou dos Estados neutrais, os soldados feridos ou feitos prisioneiros*” (Walzer, 2000: 43).

O princípio da discriminação é fundamental na Teoria da “Guerra Justa” porque traduz o seu objectivo máximo: “*as guerras justas são guerras limitadas, conduzidas*



segundo um conjunto de regras destinadas a eliminar, tanto quanto possível, o emprego da violência e da coacção sobre populações não-combatentes” (Walzer, 2000: 13).

Em relação ao princípio da proporcionalidade, exige-se que a violência utilizada nunca seja superior àquela que é necessária para alcançar o fim proposto, desta forma, assistimos à condenação categórica de toda a força excessiva e da violência gratuita.

Walzer considera que uma “Guerra Justa” deve ser limitada nos seus objectivos, nos meios empregues e na sua duração, de forma a garantir o respeito pelos critérios liberais e comunitaristas da Teoria da “Guerra Justa”. Assim, para que uma guerra seja justa é fundamental que os Estados respeitem os direitos dos civis e os direitos de beligerantes dos combatentes dos outros Estados. Para além disso, é fundamental que os Estados reconheçam, dignidade e estatuto semelhante, de tal modo que, mesmo o Estado agressor não perde o direito à existência e à soberania política (2000: 122).

Em relação ao *Jus in Bello*, a Teoria da “Guerra Justa” obriga a que os meios utilizados devem ser proporcionais aos fins, distinguir-se combatentes de não combatentes e tratar-se os PG com humanidade (Macedo, 2006: 112).

Para a situação de guerra justa apresentamos o exemplo da guerra no Afeganistão²³. Foi uma guerra legal porque encontrava-se coberta pelas Resoluções 1368 e 1373 que condenavam os actos terroristas e consideravam-nos uma ameaça à paz e à segurança internacional. As Resoluções permitiram legalizar a intervenção dos EUA, no Afeganistão, como legítima defesa individual e colectiva. Quanto à legitimidade da guerra foram respeitados os critérios e os princípios da “Guerra Justa”, logo a guerra foi legítima. Desta forma, a CI apoiou a intervenção militar porque a considerou legal e legítima.

Neste exemplo é importante referir a aplicação da 3ª Convenção de Genebra aos detidos da “Guerra contra o terrorismo”. Ao não aplicar-se a 3ª Convenção de Genebra, ou seja, ao não atribuir o estatuto de PG aos Talibãs capturados no Afeganistão e detidos em *Guantanamo*²⁴ pode fazer com que uma guerra legítima se torne numa guerra ilegítima e, consequentemente, numa guerra não justa. No que diz respeito aos membros da *Al Qaeda*, como não pertencem a um Estado, devem ser tratados como criminosos e não como PG ou “combatentes ilegais”. Se tal não acontecer, uma guerra legítima poder-se-á tornar numa guerra ilegítima e, naturalmente, numa guerra não justa.

O facto de os EUA referirem que não estão em guerra por estarem a combater uma organização não-estatal para não concederem o estatuto de PG aos detidos, pode ser

²³ Consultar Apêndice 7.

²⁴ Consultar Apêndice 8.



utilizado para os membros da *Al Qaeda*, mas nunca para os Talibãs. Os Talibãs devem gozar do estatuto de PG por pertencerem a uma Nação que, até ratificou as Convenções de Genebra.

b. Guerra não Justa

(1) Ilegal e legítima

Quando a guerra é ilegal do ponto de vista jurídico e a condução da mesma é legítima, consideramo-la como guerra não justa. Nesta situação a legalidade da guerra é colocada em causa porque não existe uma justificação legal que dê cobertura ao uso da força, no entanto, poderão ser cumpridos os critérios e os princípios que garantem a legitimidade da guerra, inclusive a causa justa. Ao não existir legalidade, não implica que não exista uma causa justa porque pode existir uma justificação moral que legitime a guerra, consistindo causa justa.

Estamos perante uma situação em que não existe uma guerra justa, mas também não é injusta, chamemos-lhe de guerra não justa. Nesta situação pressupõe-se que, parte da CI apoiará legitimamente uma intervenção porque ela é legítima do ponto de vista moral, no entanto, nunca será uma “Guerra Justa” porque falta-lhe o apoio legal. Para uma operação ter sustentação legal, os principais aspectos apresentados recorrentemente são a intervenção humanitária, legítima defesa e Resoluções do CS. As duas primeiras darão quase sempre origem a uma Resolução do CS.

Como exemplo de uma situação em que uma intervenção poderia ser considerada ilegal mas legítima seria a Guerra do Golfo em 2003. Se os argumentos apresentados pelos EUA e pela Grã-Bretanha fossem reais e se tivessem confirmado, estaríamos numa situação semelhante à do Kosovo em 1999, em que a guerra foi considerada ilegal mas legítima (difícil dilema: ignorar a iminente limpeza étnica no Kosovo e respeitar o direito do uso da força pela CNU, ou ignorar a Lei e intervir).

Uma Resolução do CS a autorizar uma intervenção seria vetada pela Rússia e pela China no CS e a legítima defesa não podia ser invocada. O fosso entre a legalidade e a legitimidade tinha alargado e cristalizado. A Lei proibía que a legitimidade fizesse justiça, no entanto, a coligação liderada pelos EUA decidiu intervir no Iraque. A conclusão a que chegaram foi que a intervenção foi “ilegal e ilegítima” porque os pressupostos da invasão ao Iraque não se concretizaram. A intervenção no Iraque ilustraria a capacidade da legitimidade para apresentar flexibilidade construtiva no DI em circunstâncias extremas, se a intervenção fosse legítima (UNU, 2008: 1-2).



(2) Legal e ilegítima

Quando a causa da guerra é legal e a condução da mesma é ilegítima, consideramo-la guerra não justa. Nesta situação embora exista uma causa justa para o início da guerra, ao nível da legitimidade, no *Jus ad Bellum* ou no *Jus in Bello* a intervenção não é considerada legítima.

Para que uma guerra seja justa não basta determinar a justiça das causas, é fundamental, também, avaliar a justiça dos meios. Ora, o que torna o terrorismo moralmente problemático e condenável é o facto de ser uma tática que viola consciente e deliberadamente todas as regras de bem combater, nomeadamente o princípio da discriminação, gerando o terror no seio das populações civis, com objectivos políticos.

Conforme refere Costa, quando abordamos o terrorismo, falamos sempre de formas de violência indiscriminada dirigidas contra civis, o que põe em causa, um dos princípios básicos da Teoria da “Guerra Justa”, a imunidade dos não-combatentes (2005: 290). O terrorismo pode suscitar reacções violentas e mesmo ter efeitos contraproducentes, na medida em que pode servir para legitimar o sistema contra o qual combate, assim como para justificar a repressão política.

Para Walzer, “nas suas manifestações modernas, o terror é a forma totalitária da guerra e da política. Arruína a convenção da guerra e o código político” (2000: 203), traz consigo o germe do racismo e da intolerância perante todos aqueles que pensam de modo diferente. O terrorismo é muitas vezes posto ao serviço dos projectos totalitários construtores do novo homem e da nova sociedade, pelo que apresenta-se como um exercício de extermínio e de repressão dos opositores de todos aqueles que se opõem ao sonho messiânico. Assim, o terrorismo denota uma concepção despótica da política e um profundo desprezo pela vida das vítimas (2000: 219).

Qualquer guerra considerada legal e legítima pode-se transformar numa guerra legal e ilegítima, dependendo da conduta adoptada nessa guerra. Esta situação poderá acontecer na guerra no Afeganistão, devido ao tratamento que está a ser ministrado aos detidos da “Guerra contra o terrorismo”. Nesta situação, se a guerra é considerada justa, então os detidos devem ter dois tipos de tratamento: como PG, os Talibãs; e como criminosos, os membros da *Al Qaeda*. Se não forem concedidos estes tratamentos, a guerra poderá passar a ilegítima, embora continue a ser legal.

Desta forma, a guerra contra o terror, terrorismo e terroristas pode ser um exemplo onde a intervenção é legal, mas a conduta é ilegítima. Neste caso a CI iria ficar dividida,



uns apoiariam a intervenção por ser legal e outros não apoiariam por ser ilegítima. Esta divisão está dependente para além da legalidade e da legitimidade, de outros factores que possam afectar a sua decisão.

c. Guerra Injusta

Quando a causa da guerra é ilegal do ponto de vista jurídico e a condução da mesma é ilegítima, consideramo-la injusta. Neste caso, a legalidade e a legitimidade da intervenção não existem. Para além de não ser cumprido o aspecto legal da intervenção, também não é o da legitimidade (*Jus ad Bellum* e o *Jus in bello*). Pressupõe-se que uma intervenção deste género, em princípio, não deverá, em princípio, ter o apoio da CI por tratar-se de uma “Guerra Injusta”, no entanto, existem situações excepcionais. Vejamos o exemplo do Iraque em 2003²⁵ que nós consideramos ser uma guerra ilegal e injusta, no entanto, teve apoio de parte da CI.

A CI dividiu-se nesta intervenção, embora tenha sido ilegal e ilegítima, devido às muitas razões alternativas²⁶ que foram apresentadas para a invasão, das quais salientamos: económicas/energéticas – ganhar controlo das reservas petrolíferas do Iraque para manter o monopólio do dólar como a moeda do mercado internacional; controlar outros países que dependem dessas reservas; assegurar os lucros para empresas americanas; reduzir o custo do petróleo para o consumidor americano; canalização de verbas para empresas de construção e defesa; manter a popularidade de guerra resultante do 11 de Setembro e desviar a atenção de assuntos domésticos; ideológicas e emocionais – garantir a inquestionável proeminência geopolítica dos EUA; vingança sobre a tentativa de assassinato de George Bush e sobre a missão incompleta da Guerra do Golfo de 1991.

Como exemplo da falta de legalidade para o início de uma guerra temos a decisão adoptada pela coligação liderada pelos EUA para iniciar uma acção militar no território iraquiano, em 2003, sem autorização do CS. Esta intervenção trouxe sérios riscos às regras de DI e possibilitou a formação de certo descrédito com relação ao próprio poder da ONU para manter a paz e a segurança internacionais.

²⁵ Consultar Apêndice 6.

²⁶ Disponível na internet em http://en.wikipedia.org/wiki/2003_invasion_of_Iraq#Rationale (acedido a 13 de Março de 2011).



Conclusões

Neste trabalho identificámos três questões conceptuais que afectam e condicionam a actuação da CI na guerra contra o terror, terrorismo e terroristas, que se materializam na definição de terrorismo, na “Guerra Justa” e a aplicação da 3ª Convenção de Genebra.

A “Guerra contra o terrorismo” iniciou-se após os ataques de 11 de Setembro de 2001 quando o Presidente dos EUA, George W. Bush, declarou guerra a uma organização não-estatal, *Al Qaeda*. É a partir do conceito de guerra contra o terror, terrorismo ou terroristas que surgiu o debate das questões conceptuais.

O terrorismo é uma tática que utiliza a violência ou a sua ameaça para incutir o sentimento de terror na população de modo a atingir os seus objectivos políticos e por isso não se pode declarar guerra a uma tática ou a um sentimento, mas também não se declara guerra a uma organização terrorista porque as guerras devem ocorrer entre Estados-Nação e não entre um Estado e uma organização não-estatal. Face ao referido o termo “Guerra”, utilizado pelo Presidente dos EUA, não será o mais aconselhado.

Não existe uma definição de terrorismo aceite comumente por a CI e por isso cada país possui uma definição de acordo com as suas conveniências, o que torna muito complicado a conjugação de esforços para combater o terrorismo de forma integrada e global. Para além disso e consequência dessa inexistência, o que para alguns países são terroristas para outros países são *Freedom Fighters*, no entanto, com o aparecimento do terrorismo transnacional, esta divergência tende a desaparecer.

Após análise das definições de terrorismo, definimo-lo como: *a utilização ou ameaça de utilização da violência contra civis (não combatentes) para atingir fins políticos.*

Para o desenvolvimento do estudo com o intuito de responder à QC, elaborámos quatro QD a partir das quais elencamos um corpo de hipóteses que apresentamos com os fundamentos da sua confirmação.

QD1: Qual a origem e motivações do terrorismo transnacional?

A globalização trouxe profundas alterações na interacção das sociedades e pessoas, concedendo facilidades à actuação dos grupos terroristas transnacionais, desta forma o terrorismo transnacional surgiu com o fenómeno da globalização. O objectivo da causa terrorista é a aniquilação dos valores e do modo de vida das sociedades democráticas ou dos regimes muçulmanos “moderados” pro-ocidentais, mas muitas podem ser as causas que motivam o terrorismo transnacional, salientando-se: a expulsão de estrangeiros,



mudanças políticas, acção de retaliação e vingança, obtenção de projecção local ou global, construção de uma imagem de poder, preservação do território e motivos religiosos. Face ao referido, está confirmada Ho1.

QD2: Qual a relação entre o conceito de “Legítima Defesa” e a “Guerra contra o terrorismo”?

De acordo com a administração Bush, na “Guerra contra o terrorismo”, os EUA ao invadirem o Iraque em 2003, actuaram “preemptivamente” para conter uma ameaça à Segurança Nacional e consideraram que a maior ameaça é o risco da inacção, ou seja, era imperioso efectuar uma acção antecipatória para defenderem-se, mesmo existindo a incerteza quanto ao momento e local do ataque inimigo, com a finalidade de evitar ou prevenir actos hostis dos seus adversários. No entanto, a realização de um ataque preventivo sustentado na possibilidade de um potencial ataque armado a prazo é um argumento que constitui uma violação da CNU que, exclui da legítima defesa (art.º51º) a execução de ataques preventivos. Desta forma, George W. Bush pretendeu legitimar a invasão ao Iraque como sendo legítima defesa, mas actuou preventivamente e não preemptivamente como alegou, estando assim confirmada a Ho2.

QD3: De que forma podemos relacionar a “Guerra contra o terrorismo” e a “Guerra Justa”?

A “Guerra contra o terrorismo” iniciou-se após os ataques de 11 de Setembro de 2001, mas foi em 2003 que, o Presidente dos EUA recuperou o conceito de “Guerra Justa” para clarificar e justificar a “Guerra contra o terrorismo”. Esta guerra é diferente das outras guerras em vários aspectos, principalmente, porque o adversário não conhece limites nem respeita as regras e a *Al Qaeda* é um actor não estatal que, não pode ser sancionado pela CI como um Estado. Este adversário organiza-se de forma a transformar a liberdade dos países ocidentais numa fraqueza e procura uma desproporção entre os meios utilizados e os fins obtidos, criando um efeito “psicológico de terror” nas sociedades, para que os governos sejam persuadidos, pela sua população, a irem de encontro aos seus objectivos.

O Presidente dos EUA recorreu à Teoria da “Guerra Justa” para legitimar e legalizar a violência dos EUA contra o Iraque, justificando os fins e impondo limitações aos meios, confirmando-se a Ho3.

QD4: Em que medida podemos aplicar a 3ª Convenção de Genebra na “Guerra contra o terrorismo”?



A administração Bush sustentou que, por os EUA encontrar-se em “Guerra contra o terrorismo”, os detidos de *Guantanamo* são combatentes e não criminosos, portanto podem ser detidos indefinidamente sem julgamento como os PG, mas simultaneamente defendem que as acções dos detidos, embora realizadas em guerra, são ilegítimas e por isso não tem estatuto de PG. Na tentativa de conciliar as afirmações contraditórias, defendem que os detidos não são criminosos nem PG, mas sim “combatentes ilegais”.

Os direitos garantidos pela 3ª Convenção de Genebra para os “combatentes legais” foram expressamente negados aos “combatentes ilegais” pela Secção 948b da Lei das Comissões Militares e por a categoria de “combatentes ilegais” não aparecer na série que confira-lhes o estatuto de PG. No entanto, os detidos da “Guerra contra o terrorismo” ao não serem considerados combatentes, não lhes retira o direito de serem tratados como PG até um tribunal decidir que o não são, conforme está elencado no art.º5º da Convenção de Genebra. Desta forma confirma-se a Ho4.

Após a apresentação dos resultados mais importantes da investigação e sintetizando o processo de validação do estudo, na prossecução de encontrar uma resposta clara e objectiva para a QC “*De que forma as questões conceptuais da “Guerra contra o terrorismo influenciam a acção da Comunidade Internacional?”*”, concluímos:

- A definição de terrorismo é essencial para se tomarem as medidas de combate correctas e evitar que cada Estado reaja de uma forma diferente, consoante os seus interesses;
- O termo “Guerra” utilizado pelo Presidente George W. Bush parece-nos não ser o conceito adequado para o combate ao terrorismo. A guerra ao existir é entre dois Estados e não entre um Estado e uma organização não-estatal;
- A partir da tradição da “Guerra Justa” (*Bellum Justum*), os teóricos distinguem as Normas que regem a justiça da guerra (*Jus ad Bellum*), as que governam justa e equitativamente a conduta na guerra (*Jus in Bello*) e as da responsabilidade das partes beligerantes após a guerra (*Jus post Bellum*). Os três aspectos não se excluem mutuamente, mas oferecem um conjunto de orientações morais para impor limites na guerra;
- A guerra deve ser legal e legítima para ser considerada “Guerra Justa”. Devem ser cumpridos os critérios do *Jus ad Bellum* e os princípios do *Jus in Bello* que visam manter um quadro moral plausível para a guerra;



- A “Legítima Defesa” individual ou colectiva, só pode ser evocada no caso de um Estado ter sido, ou estar prestes a ser, alvo de “ataque armado”, desde que o CS não consiga intervir e resolver o conflito em tempo útil, exigindo-se, no entanto, que a reacção do Estado atacado seja proporcional ao ataque que sofreu e tem de comunicá-la ao CS;
- O art.º4º da 3ª Convenção de Genebra aplica-se, unicamente, aos elementos que cumprem os critérios de “combatentes legais”. Porém, os “combatentes ilegais” são protegidas por diversos Tratados, incluindo a Convenção de Genebra, no seu art.º5º. A Lei internacional dos Acordos Cíveis inclui os “combatentes ilegais” e contém a maioria dos direitos dos PG excepto a imunidade do combatente e os Tratados da Lei militar, tais como a potência detentora trata os seus soldados.

De forma a responder à QC, podemos realçar que a CI apoia, provavelmente, uma guerra se for entendida como uma “Guerra Justa”, caso contrário dificilmente a irá apoiar, na totalidade, conforme demonstram os casos apresentados: a Guerra no Afeganistão foi entendida como uma “Guerra Justa”, mas a 2ª Guerra do Golfo, já não o foi. Em caso de não ser considerada justa, não quer dizer que é injusta. Quando a guerra é considerada legal e ilegítima, ou quando é ilegal e legítima estamos perante uma situação de guerra não justa. Nesta situação a CI divide-se no apoio e muitos outros factores podem influenciar o seu apoio.

Este TII abre as portas a outras investigações. Salientamos, entre outras, a temática da responsabilidade das partes beligerantes após a guerra. Seria importante, após verificar que uma guerra é legítima, tendo em conta o *Jus ad Bellum* e o *Jus in Bello*, se confirmar-se-ia legítima, também, no *Jus post Bellum*.



Bibliografia

Monografias (Livros):

- ALMEIDA, Rita (2008). *A Revolução Francesa: 1789-1799*. Lisboa: Edições 70.
- BAÊNA, Miguel Sanches, BARBOSA, Pedro Gomes, PEREIRA, Rui, ANES, José Manuel e RIBEIRO, António Silva (2006). *As Teias do Terror: novas ameaças globais*. Lisboa: Ésquilo.
- BAPTISTA, Eduardo Correia (1997). *Ius Cogens em Direito Internacional*. Lisboa: Ed. Lex.
- BAPTISTA, Eduardo Correia (2003). *O Poder Bélico em Direito Internacional: O Uso da Força pelas Nações Unidas em Especial*. Coimbra: Almedina.
- BARBOSA, P. (2006). *Aproximação ao Problema do Terrorismo*. Lisboa: Ésquilo.
- BONIFACE, Pascal (2003). *Guerras do Amanhã*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- BORRADORI, Giovanna (2003). *Philosophy in a Time of Terror - Dialogues with Jürgen Habermas and Jacques Derrida*. Chicago: The University Chicago Press.
- CARR, C. (2002). *A Assustadora História do Terrorismo*. São Paulo: Ediouro Publicações SA.
- CHALIAND, Gérard e BLIN, Arnaud (2007). *The history of terrorism: from antiquity to Al Qaeda*. Berkeley: University of California Press. Traduzido por: Edward Schneider, Kathryn Pulver e Jesse Browner.
- CICV (Comité Internacional da Cruz Vermelha) (1992). *Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949*. Genebra: CICV.
- CICV (Comité Internacional da Cruz Vermelha) (1998). *Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949*. Genebra: CICV.
- DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF, Robert L. Jr. (2003). *Relações Internacionais: as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva.
- Estado Maior do Exército (EME) (1963). *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: EME.
- FERREIRA, João José Brandão (2009). *Em nome da Pátria*. Lisboa: Dom Quixote.
- FERREIRA, Pedro Antunes (2006). *O Novo Terrorismo*. Lisboa: Prefácio.



-
- FLYNN, Matthew (2008). *First Strike: preemptive war in modern history*. New York: Routledge.
- GRAY, Colin S. (2007). *The implications of pre-emptive and preventive war doctrines: A reconsideration*. United States: Strategic Studies Institute.
- GRAY, Colin S. (2009). *National Security Dilemmas: Challenges and Opportunities*. Washington: Potomac Books, Inc.
- GROTIUS, Hugo. *The Rights of War and Peace*. Traduzido por: Richard Tuck. Indianapolis: Liberty Fund, 2005.
- HAMMES, Thomas X. (2006). *The Sling and The Stone, on War in the 21st Century*. St. Paul, MN, USA: Zenith Press.
- HELD, David, McGREW, Anthony, GOLDBLATT, David e PERRATON, Jonathan (1999). *Global Transformations: Politics, Economic and Culture*. Cambridge: Polity Press.
- HOFFMAN, Bruce (1998a). *Inside Terrorism*. New York: Columbia University Press.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1999). *O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*. Lisboa: Gradiva, publicações Lda. Tradução de: Henrique M. Lajes Ribeiro.
- KALDOR, Mary (1999). *New & Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Stanford: Stanford University Press.
- LAQUEUR, Walter (1999). *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*. New York: Oxford University Press.
- MARTÍN, Miguel Ángel Ballesteros (2006). *El papel de las fuerzas armadas en la lucha contra el terrorismo internacional*. Madrid: Real Instituto Elcano.
- MEISELS, Tamar (2008). *The trouble with terror: liberty, security, and the response to terrorism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MORE, Thomas (1995). *Utopia*. 3ª edição, Lisboa: Publicações Europa-América.
- MOREIRA, Adriano (2004). *Terrorismo*. 2ª ed. Coimbra: Almedina.
- NASCIMENTO, José Miguel de Fraga (2002). *O Terrorismo e seus intérpretes – uma abordagem psicossocial*, Lisboa, Hugin.
- OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (1996). *Dicionário do Pensamento Social do Século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
-



-
- PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto (1997). *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra: Livraria Almedina.
- RAIMUNDO, Isabel (1999). *Imperativo Humanitário e Não-Ingerência: os novos desafios do Direito Internacional*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional.
- RAMONET, Ignacio (2002). *Guerras do Século XXI: Novos Medos, Novas Ameaças*. 1ª ed. Porto: Campo das Letras.
- ROGEIRO, Nuno (2002). *Guerra em Paz: a Defesa Nacional na Nova Desordem Mundial*. Lisboa: Hugin Editores, Lda.
- SANMARTIN, J. (2005). *El Terrorista: Cómo es. Cómo se hace*. Barcelona. Editorial Ariel.
- SANTOS, Loureiro (2001). *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio – Reflexões sobre Estratégia II*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SCHMID, Alex Peter, JONGMAN, Albert L. e JONGMAN, A. J. (1988). *Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories, and Literature*. New Brunswick: Transaction Books.
- SMITH, Rupert (2008). *A Utilidade da Força. A Arte da Guerra no Mundo Moderno*. 1ª ed., Lisboa: Edições 70.
- SNOW, Donald M. (2008). *Cases in international relations: portraits of the future*. New York: Pearson Longman.
- TOMÉ, Luís J. R. Leitão (2004). *Novo recorte geopolítico mundial*. Lisboa: EDIUAL.
- UN (2004a). *A more secure world: our shared responsibility*. Report of the Secretary General's High Level Panel on Threats, Challenges and Changes. New York: United Nations Foundation.
- WALZER, Michael (1970). *Obligations: Essays on Disobedience, War, and Citizenship*. Cambridge: Harvard University Press.
- WALZER, Michael (2000). *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations*. 3ª ed., New York: Basic Book.
- WALZER, Michael (2004). *A Guerra em Debate*. Lisboa: Edições Cotovia. Tradução de Luísa Feijó.
-



Contribuições em monografia (livros, actas, proceedings, etc.)

ANDUJAR, Ignacio Javier Simón (2005). *Las FAS ante las nuevas amenazas*. Monografía CEM. Madrid: ESFAS.

AREND, Anthony Clark (1998). Terrorism and Just War Doctrine. In HOWARD, Russell e SAWYER, Reid (2004). *Terrorism and Counterterrorism: understanding the new security environment*. Guilford: McGraw-Hill, p. 345-355.

AUKERMAN, Miriam J. (2008). War, crime, or war crime?: Interrogation the analogy between war and terror. In LINNAN, David K. (2008). *Enemy combatants, terrorism, and armed conflict law: a guide to the issues*. Westport, Connecticut: Praeger Security International, p. 223-237.

CASSESE, Antonio (1991). Violence, War and the Rule of Law in the International Community. In HELD, David (1991). *Political Theory Today*. Oxford: Polity Press.

COSTA, Maria de Fátima Machado (2005). *Michael Walzer: A Teoria da Guerra Justa e o Terrorism*. Dissertação Final de Mestrado em Filosofia - Área de Especialização em Ética e Filosofia Política. Universidade do Minho, Instituto de Letras e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia e Cultura, Braga.

CRONIN, Audrey Kurth (2002). Behind the curve: globalization and international terrorism. In HOWARD, Russell e SAWYER, Reid (2004). *Defeating Terrorism: shaping the new security environment*. Guilford: McGraw-Hill, p. 29-50.

ELSHTAIN, Jean Bethke (2007). Terrorism. In REED, Charles e RYALL, David (2007). *The price of peace: just war in the twenty-first century*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 118-135.

EVANS, G. (2006). Respondendo ao Terrorismo: Uma Abordagem Global, In *Terrorismo e Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva/Fundação Calouste Gulbenkian.

FERNANDES, Luís Fiães (2004). As sociedades contemporâneas e a ameaça terrorista. In MOREIRA, Adriano (2004). *Terrorismo*. Coimbra: Livraria Almedina, p. 415-437.

FORSYTH, Murray (1992). The Tradition of International Law. In NARDIN, Terry e MAPEL, David R. (1992). *Traditions of International Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 22-41.



- GARCIA, F. (2006). As Ameaças Transnacionais e Segurança dos Estados. Subsídios para o Estudo, In *Negócios Estrangeiros*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- HOFFMAN, Bruce (1998b). Defining terrorism. In HOWARD, Russell e SAWYER, Reid (2004). *Terrorism and Counterterrorism: understanding the new security environment*. Guilford: McGraw-Hill, p. 3-23.
- LEANDRO, Garcia (2004). Uma visão militar sobre o terrorismo. In MOREIRA, Adriano (2004). *Terrorismo*. Coimbra: Livraria Almedina, p. 323-373.
- LINNAN, David K. (2008). Redefining Legitimacy: Legal issues. In LINNAN, David K. (2008). *Enemy combatants, terrorism, and armed conflict law: a guide to the issues*. Westport, Connecticut: Praeger Security International, p. 223-237.
- MONGIARDIM, Regina (2002). Considerações sobre o fenómeno do terrorismo. In Informações e Segurança (2004). *Livro em Honra do general Pedro Cardoso*. Lisboa: Editora Prefácio, p. 411-428.
- MOREIRA, Adriano (2004b). Insegurança sem fronteiras: o martírio dos inocentes. In MOREIRA, Adriano (2004). *Terrorismo*. Coimbra: Almedina, p. 121-146.
- MOREIRA, Adriano e RAMALHO, Pinto (2005). *Estratégia: estudos em homenagem ao Prof. Doutor Óscar Soares Barata*. Lisboa: IPCE, Vol. XV, p. 123-132.
- MURPHY, John F. (2009). Afghanistan: Hard Choices and the Future of International Law. In SCHMITT, Michael N. (2009). *The War in Afghanistan: A Legal Analysis*. International Law Studies, Newport, Rhode Island: Naval War College, p. 79-107. Disponível em <<http://www.usnwc.edu/Research---Gaming/International-Law/RightsideLinks/Studies-Series/documents/Vol-85-Web1.aspx>>. (acedido em 06 de Abril de 2011).
- NOGUEIRA, João P. (2004). Ética, terror e soberania: questões para a teoria de Relações Internacionais. In GÓMEZ, José María (2004). *América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 45-58. Disponível na internet em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/relint/nogueira.pdf>>. (acedido a 12 de Janeiro de 2010).
- PINTO, Maria do Céu (2004). A Jihad Global e o contexto europeu. In MOREIRA, Adriano (2004). *Terrorismo*. Coimbra: Livraria Almedina, p. 439-459.



REISMAN, Michael (1991). Allocating Competences to Use Coercion in the Post-Cold War World: Practices, Conditions and Prospects. In DAMROSCH, FISLER, Lori e SCHEFFER, David (eds.). *Law and Force in the New International Order*. Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press.

REISMAN, Michael (1991). Allocating Competences to Use Coercion in the Post-Cold War World: Practices, Conditions and Prospects. In DAMROSCH, FISLER, Lori e SCHEFFER, David (eds.). *Law and Force in the New International Order*. Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press.

RIBEIRO, António Silva (2005). Os Serviços de Informações no combate ao terrorismo. In MOREIRA, Adriano e RAMALHO, Pinto (2005), *Estratégia: Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Óscar Soares Barata*. Vol. XV, Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, p. 121-132.

ROGEIRO, Nuno (2004). O novo terrorismo internacional como desafio emergente de segurança. In MOREIRA, Adriano (2004). *Terrorismo*. Coimbra: Livraria Almedina, p. 479-501.

ROMANA, Heitor (2004). O Novo Framework do Terrorismo Internacional de Matriz Islâmica: Desafios ao Modelo de Análise em Informações Estratégicas. In *Informações e Segurança: Livro em Honra do general Pedro Cardoso*. Lisboa: Editora Prefácio, p. 257-270.

SARAIVA, Rodrigo Motta (2009). Legítima defesa ou represália? O uso da força no conflito armado de 2001 no Afeganistão. Dissertação de Mestrado em Direito Internacional. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito.

TEIXEIRA, Inês (2010). Os Direitos Humanos e a Guerra: A Questão dos Prisioneiros de Guerra. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, área de especialização em Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Artigos de publicações em série (revistas)

BESSA, João Manuel de Andrade Pinto (2006). As Nações Unidas e o Terrorismo. *Revista Militar*, Novembro de 2006, nº11, p. 1215-1241.

COELHO, Adelino de Matos (2003). O Terrorismo, a Segunda Guerra do Golfo e a Reavaliação do Direito Internacional Humanitário. *Revista Militar*, nº10, p. 117-200.



-
- COTTIM, Armando A. (2007). Terrorismo, mar e direito internacional. *Revista Segurança e Defesa*, Fevereiro de 2007, nº2, p. 42-46.
- CUNHA, Agostinho Paiva (2009). Conhecer o Islão. *Cadernos do Instituto de Defesa Nacional*, nº3, p. 1-51.
- FELIX, Carla Sofia (2004). Breve incursão histórica, social e psicológica sobre o terrorismo. *Revista Militar*, Outono 2004, nº109, p. 153-174.
- FÉLIX, Carla Sofia (2004). Breve incursão histórica, social e psicológica sobre o terrorismo. *Nação e Defesa*, nº109, p. 153-174.
- FERREIRA, Arménio Marques (2007). A Matriz Integralista do Novo Terrorismo. *Revista Segurança e Defesa*, Fevereiro de 2007, nº2, p. 21-29.
- GARCIA, Miguel G. P. P. (2007). O terrorismo transnacional: contributos para o seu entendimento. *Revista Militar*, Abril de 2007, nº59, Vol. 4, p. 445-468.
- GLENNON, Michael J. (2003). Why the Security Council failed. *Foreign Affairs*, nº82, p. 16-34.
- HUYSMANS, Jef (1998). The Question of the Limit: Desecuritization and the Aesthetics of Horror in Political Realism. *Millennium: Journal of International Studies*, San Diego Vol. 27, nº3.
- KLUSMEYER, Douglas, e SUHRKE, Astri (2002). Comprehending “Evil”: Challenges for Law and Policy”. *Ethics and International Affairs*, New York, Vol. 16, nº1.
- MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges (2006). A intervenção no Iraque e a Guerra Justa. *Revista Ciências Sociais*, V.12, nº1, p. 103-124.
- MOURA, Paulo (2004). Entrevista a Omar Bakri Mohammed. *Revista Pública*, 18 de Abril de 2004, p. 28-31.
- PAULO, Jorge Silva (2008). O uso preventivo da força. *Revista Nação e Defesa*, nº120, p. 27-49.
- PEREIRA, Rui (2004). Terrorismo e insegurança: A resposta Portuguesa. *Revista do Ministério Público*, nº98.
- PINHEIRO, Joaquim A. Franco (1978). Terrorismo. *Revista Militar*, nº7, p.468.
-



PINHEIRO, Joaquim A. Franco (1979). O Terrorismo e a Defesa Nacional. *Revista Nação e Defesa*, Ano IV, nº 9, p.13.

PLATIAU, Ana Flávia Granja e Barros e VIEIRA, Priscilla Brito Silva (2006). A legalidade da intervenção preventiva e a Carta das Nações Unidas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº49, p. 179-193.

PUREZA, José Manuel (1994). Da guerra justa à guerra justificada? O Direito Internacional contemporâneo perante o uso da força. *Política Internacional*, nº10, p. 67-95.

PUREZA, José Manuel (2002). Ordem jurídica, desordem mundial. Um contributo para o estudo do Direito Internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 64, p. 3-40.

RUIZ, Rosa (2005). Juntos Contra el Terrorismo. *Revista Espanhola de Defesa*, Ano 18, nº 205, Março 2005: 34.

SPENCER, Alexander (2001). Is the "New Terrorism" Really New? An Analysis of the New Paradigm for Terrorism. *The Journal of Conflict Studies*, Vol. XXI, nº2, p. 91-105.

TOMÉ, Luís (2006). 4-4-4: A Estratégia Antiterrorista da União Europeia. *Revista Segurança e Defesa*, nº1, p. 24-33.

YALÇINKAYA, Haldun (2009). NATO peacekeeping in Afghanistan: Expanding the Role to Counterinsurgency or Limiting it to Security Assistance. *Defence Against Terrorism Review*, Vol.2, nº2, p. 59-81.

Monografias electrónicas

CHALK, Peter. *The Maritime Dimension of International Security*. [Em linha]. Estudo efectuado por solicitação da Força Aérea dos EUA à Rand Corporation, 2008. [Referência 07 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em http://www.rand.org/pubs/monographs/2008/RAND_MG697.pdf.

ESCARAMEIA, Paula. *Guerra do Iraque fundamentos Jurídicos do uso da Força*. [Em linha]. Lisboa, 12 de Abril de 2003. [Referência 07 de Dezembro de 2010]. Disponível em Internet em: http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4TSEH_pt-PTPT361PT363&q=Guerra+do+Iraque+fundamentos+jur%c3%addicos+do+uso+da+for%c3%a7a.



HÖSLE, Vittorio. *A Guerra contra o Iraque foi uma Guerra Justa?* [Em linha]. 11 de Maio de 2003 [Referência 07 de Dezembro de 2010]. Disponível em Internet em: <<http://www.hottopos.com/videtur20/hosle.htm>>.

LAPOUGE, Gilles. Terrorismo foi vencido mas não eliminado [Em linha]. Publicado no jornal, *O Estado de São Paulo*, em 29 de Dezembro de 2001. [Referência de 12 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.estadao.com.br>>.

MAZETTO, Francisco de Assis Penteado. *O terrorismo na história* [Em linha]. Centro de Pesquisas Estratégicas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004 [Referência 07 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/Terrorismo.pdf>>.

NSCT. *National Strategy for Combating Terrorism*. [Em linha]. Washington, Fevereiro de 2003. [Referência 06 de Dezembro de 2010]. Disponível em Internet em: <<http://www.state.gov/documents/organization/60172.pdf>>.

NSCT. *National Strategy for Combating Terrorism*. [Em linha]. Washington, Setembro de 2006. [Referência 06 de Dezembro de 2010]. Disponível em Internet em: <<http://www.cbsnews.com/htdocs/pdf/NSCT0906.pdf>>.

NSS. *The National Security Strategy of the United States of America*. [Em linha]. Washington, 17 de Setembro de 2002. [Referência 06 de Dezembro de 2010]. Disponível em Internet em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/national/nss-020920.pdf>>.

NSS. *The National Security Strategy of the United States of America*. [Em linha]. Washington, 16 de Março de 2006. [Referência 06 de Dezembro de 2010]. Disponível em Internet em: <<http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/nss2006.pdf>>.

REEES. *Garantir a Segurança num Mundo em Mudança, Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança*. [Em linha]. Bruxelas, 11 de Dezembro de 2008. [Referência 07 de Dezembro de 2010]. Disponível em Internet em: <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf>.

STULL, Jay. *New Terrorism Old Terrorism Recycled*, Alabama (USA) Air University (Air Command and Staff College) [em linha]. Abril de 2006 [Referência de 06 de Dezembro de 2009]. Disponível na internet em:



<http://www.afresearch.org:443/skins/rims/q_mod_be0e99f3-fc56-4ccb-8dfe-670c0822a153/q_act_downloadpaper/q_obj_0081b5c8-9a08-4201-bb8e-e3b5ccb46155/display.aspx?rs=enginespage>.

United Nations University (UNU). *Legality and Legitimacy in International Order. Policy Brief* [em linha]. Number 5, 2008 [Referência de 15 de Março de 2011], p. 1-7. Disponível na Internet em: <<http://www.ony.unu.edu/events/unu-Legality%20and%20Legitimacy%20in%20International%20Order.pdf>>.

Artigos de publicações em série electrónicas

ANES, José Manuel. *O Terrorismo Religioso Contemporâneo* [Em linha]. Lisboa, 2007. [Referência 07 de Dezembro de 2010]. Disponível em Internet em: <http://www.janusonline.pt/2007/2007_4_4_6.html>.

BUTLER, Judith. O limbo de Guantanamo [Em linha]. *Novos estudos* – CEBRAP nº 77, São Paulo, Março de 2007, tradução do inglês por Alexandre Morales [Referência de 26 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a11n77.pdf>>.

COPELAND, Thomas. Is the New Terrorism Really New? An Analysis of the New Paradigm for Terrorism. *Journal of Conflict Studies* [em linha]. 2001, Vol. XXI, Nº 2, [Referência de 11 de Dezembro de 2010], p. 91-105. Disponível na Internet em: <http://www.oss.net/dynamaster/file_archive/040318/47dba82ca2738b4c4a15a7da90c75601/OSS2003-01-12.pdf>.

MORRIS, Michael F. *Al-Qaeda as Insurgency* [em linha]. Strategy Research Project, 18 de Março de 2005 [Referência de 11 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/army-usawc/al-qaeda_as_insurgency.pdf>.

MOSELEY, Alexander. *Just War theory* [em linha]. Internet Encyclopedia of Philosophy, 10 de Fevereiro de 2009 [Referência de 21 de Abril de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.iep.utm.edu/justwar/>>.

OLIC, Nelson Bacic. *Terrorismo: a ameaça do século XXI* [Em linha]. 2005 [Referência 07 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.moderna.com.br/pnld2008/docs/informe_geografia2.pdf>.

RUTHVEN, Malise. *Sayyid Qutb: the radical idealist with a militant following* [em linha]. Daily Telegraph, em 15 de Agosto de 2001 [Referência 07 de Dezembro de 2010].



Disponível na Internet em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/1399924/Sayyid-Outb-the-radical-idealist-with-a-militant-following.html>>.

SPENCER, Alexander. Questioning the Concept of “New Terrorism”. *Peace Conflict & Development* [em linha]. January 2006, Issue 8 [Referência de 11 de Dezembro de 2010].

Disponível na Internet em: <<http://www.peacestudiesjournal.org.uk/dl/Feb%2006%20SPENCER%20version%202.pdf>>.

TOMÉ, Luís Leitão. *O 11 de Setembro e o “terrorismo de novo tipo”*. In Janus [em linha]. 2003 [referência de 12 de Janeiro de 2011]. Disponível na internet: <http://www.janusonline.pt/2003/2003_2_2_1.html>.

ZALMAN, Ph. D. Amy. *Terrorism Definitions*. [Em linha]. About.com: Terrorism Issues, 2008b [Referência de 12 de Janeiro de 2010]. Disponível na internet em: <http://terrorism.about.com/od/whatisterroris1/ss/DefineTerrorism_6.htm>.

ZALMAN, Ph. D. Amy. *What’s So New about the “New Terrorism”?* [Em linha]. About.com: Terrorism Issues, 01 de Março de 2008a [Referência de 12 de Janeiro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://terrorism.about.com/b/2008/03/01/whats-so-new-about-the-new-terrorism.htm>>.

Situações omissas

ANNAN, Kofi A. *In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All. Report of the Secretary-General*. [Em linha]. Edição de United Nations Publications, 21 de Março de 2005 [Referência de 12 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.un-ngls.org/orf/pdf/UN-report-largerfreedom.pdf>>.

BOYNE, Shawn, GERMAN, Michael e PILLAR, Paul R. (2005). *Law vs. War: Competing approaches to fighting terrorism*. Strategic Studies Institute (SSI). Conference Report, July 2005. U.S. Army War College.

CERDEIRA, Pablo de Camargo. *Guantanamo: um tribunal de excepção?* [Em linha]. Cadernos Colaborativos, a enciclopédia livre, 12 de Dezembro de 2010 [Referência de 26 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/Aula_23_-_2010.2:_Guant%C3%A1namo:_um_tribunal_de_exce%C3%A7%C3%A3o%3F>.



Code of Federal Regulations (CFR). Título 28, Secção 0.85, (l) [Em linha]. 2001 [Referência 12 de Fevereiro de 2011]. Disponível em Internet em: <<http://www.fbi.gov/stats-services/publications/terrorism-2002-2005>>. e em: <http://edocket.access.gpo.gov/cfr_2001/julqtr/pdf/28cfr0.85.pdf>.

COE. *Plano de Acção da Cimeira de Varsóvia*. [Em linha]. 20 de Maio de 2005 [Referência 12 de Fevereiro de 2011]. Disponível em Internet em: <http://www.gddc.pt/noticias-eventos/artigo.asp?id=noticia.3739162005520&seccao=Not%EDcias_Imprensa>.

COSTA, Eduardo Maia. *Crise do Direito Internacional/Crise dos Direitos Humanos* [Em linha]. Ordem dos Advogados, Actividades e Conferências, 08 de Julho de 2008 [Referência de 26 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=117&idsc=65677&ida=67979>.

COSTA, João Paulo B. *Combate ao terrorismo e cooperação civil-militar: o papel da EU e da NATO – reflexos nas áreas de segurança interna e defesa nacional* [Em linha]. I Congresso de Defesa Nacional - Área Temática III: Capacidades e formas de intervenção: a segurança interna e externa; a cooperação civil-militar. Lisboa, 24-25 de Junho de 2010. [Referência de 12 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD_3F_texto_pdf_joao_paulo_costa.pdf>.

EGCT. *Estratégia Global Contra o Terrorismo* [Em linha]. Aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 19 de Setembro de 2006, reafirmada pelo CSNU em 9 de Dezembro de 2008. [Referência de 12 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.un.org/terrorism/strategy-counter-terrorism.shtml#resolution>>.

Field Manual (FM) 3-24. *Counterinsurgency* [Em linha]. Washington DC, 15 December 2006, Headquarters Department of the Army [Referência de 26 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm3-24.pdf>>.

Joint Publication (JP) 1-02. *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms* [Em linha]. 08 de Novembro de 2010 [Referência 19 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1_02.pdf>.



LEI n.º 52 (2003). *Lei de combate ao terrorismo (em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de Junho)* – Décima segunda alteração ao Código de Processo Penal e décima quarta alteração ao Código Penal. Lisboa: Publicada no D.R. I Série-A, 193 (03-08-22).

LIND, Michael. *The Legal Debate is Over: Terrorism is a War Crime* [Em linha]. Estudo da *New America Foundation*, publicado no jornal *The Financial Times* em 2 de Maio de 2005 [Em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.newamerica.net/publications/articles/2005/the_legal_debate_is_over_terrorism_is_a_war_crime>.

NATO (2002). *NATO's military concept for defence against terrorism*. Brussels: NATO Public Diplomacy Division.

NATO (2007). Allied Administrative Publication. *AAP-6 NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French)*.

NATO (2010). Allied Administrative Publication. *AAP-6 NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French)*.

NMSP-WOT. *National Military Strategic Plan for the War on Terrorism* [Em linha]. Washington D.C.: Joint Chiefs of Staff, Department of Defence. Washington, 01 de Fevereiro de 2006 [Referência 13 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.defense.gov/qdr/docs/2005-01-25-Strategic-Plan.pdf>>.

ONU. *Carta das Nações Unidas* (CNU) [Em linha]. São Francisco, 26 de Junho de 1945. [Referência 01 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/onu/textos_onu/cnu.pdf>.

ONU. *Carta das Nações Unidas* [Em linha]. São Francisco, 26 de Junho de 1945 [Referência 01 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/onu/textos_onu/cnu.pdf>.

ONU. *Fifty-sixth session of the general assembly: Resolution Condemning Terrorism* [Em linha]. Janeiro de 2002 [Referência 06 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.un-ngls.org/documents/text/roundup/87ga56.htm>>.

RAMALHO, José Luís Pinto. *Desafios da conjuntura estratégica actual, para os Exércitos de hoje* [Em linha]. Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 13 de Abril de 2010



[Referência de 6 de Novembro de 2010]. Disponível na Internet em: <www.exercito.pt/sites/JE/Publicacoes/Documents/Je_594_Abr.pdf>.

STE 196. *Convenção Europeia para a Prevenção do Terrorismo* [Em linha]. 16 de Maio de 2005 [Referência 06 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy_of_anexos/copy_of_convencao-europeia-para>.

UE. *Estratégia Antiterrorista da União Europeia* [Em linha]. Conselho da União Europeia, Bruxelas, 30 de Novembro de 2005 [Referência 06 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://register.consilium.eu.int/pdf/pt/05/st14/st14469-re04.pt05.pdf>>.

UE. *Posição comum do Conselho* (2001/931/PESC) [Em linha]. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 28 de Dezembro de 2001 [Referência 06 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2001:344:0093:0096:PT:PDF>>.

UE. *Uma Europa segura num Mundo melhor: Estratégia Europeia em matéria de Segurança* [Em linha]. Conselho da União Europeia, Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003 [Referência 06 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>>.

UN. *A/RES/57/337* [Em linha]. Nova Iorque, 18 de Julho de 2003. [Referência 06 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.undemocracy.com/A-RES-57-337.pdf>>.

UN. *A/RES/60/288* [Em linha]. Nova Iorque, 20 de Setembro de 2006 [Referência 06 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/504/88/PDF/N0550488.pdf?OpenElement>>.

UN. *S/2003/232* [Em linha]. Nova Iorque, 28 de Fevereiro de 2003 [Referência 06 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.un.org/Depts/unmovic/new/documents/quarterly_reports/s-2003-232.pdf>.

UN. *S/RES/1368* [Em linha]. Nova Iorque, 12 de Setembro de 2001 [Referência 06 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/533/82/PDF/N0153382.pdf?OpenElement>>.



UN. S/RES/1373 [Em linha]. Nova Iorque, 28 de Setembro de 2001b [Referência 06 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/557/43/PDF/N0155743.pdf?OpenElement>>.

UN. S/RES/1377 [Em linha]. Nova Iorque, 12 de Novembro de 2001c [Referência 06 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/633/01/PDF/N0163301.pdf?OpenElement>>.

UN. S/RES/1441 [Em linha]. Nova Iorque, 08 de Novembro de 2002 [Referência 06 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <<https://iaea.org/NewsCenter/Focus/IaeaIraq/iraqres.pdf>>.

UN. S/RES/1566 [Em linha]. Nova Iorque, 08 de Outubro de 2004 [Referência 19 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.cfr.org/un/un-security-council-resolution-1566-terrorism/p11223>>.

UN. S/RES/678 [Em linha]. Nova Iorque, 29 de Novembro de 1990 [Referência 06 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.fas.org/news/un/iraq/sres/sres0678.htm>>.

UN. S/RES/687 [Em linha]. Nova Iorque, 03 de Abril de 1991 [Referência 06 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.un.org/Depts/unmovic/documents/687.pdf>>.

USC. *United States Code*. Título 22, Capítulo 38, Secção 2656f, (d) [Em linha]. 2005 [Referência 12 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/crt/2006/82726.htm>>.

VRIES, Gijis De. European Strategy in the fight against terrorism and co-operation with the United States [Em linha]. SCIS European Dialogue Lunch, Washington, 13 de Maio de 2004 [Referência de 12 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/CSIS_Washington.13_May_2004.pdf>.



Apêndices

Apêndice 1 – Corpo de Conceitos

ANTI-TERRORISMO – conjunto de *medidas de carácter defensivo*, levadas a cabo com a finalidade de reduzir a vulnerabilidade das forças, das populações, dos seus bens e infra-estruturas críticas, perante possíveis ataques de natureza terrorista. Incluem uma resposta de carácter limitado e moderado através de forças militares e agências civis (OTAN, 2003, MC 472: 1-A-1) e desenvolvem a sua acção preferencialmente antes da ocorrência de um atentado terrorista. Trata-se, como tal, de operações de *carácter iminentemente preventivo*.

CONTRA-TERRORISMO – conjunto de *medidas de cariz ofensivo*, conduzidas com a finalidade de reduzir a vulnerabilidade de forças, pessoas, ou bens das acções terroristas, nas quais se incluem acções ofensivas realizadas por forças militares e agências civis (OTAN, 2003, MC 472: 1-A-1). Como objectivo, procuram, normalmente, dispersar e, quando possível, eliminar as células e estruturas terroristas internacionais, sendo em regra conduzidas no seio de organizações e/ou coligações de carácter multinacional. No âmbito deste tipo de operações, essencialmente ofensivas, inclui-se a possibilidade de desencadear acções de natureza preventiva.

EXTREMISMO – “Aqueles que (1) opõem-se - em princípio e prática - ao direito das pessoas de escolher como viver e como organizar as suas sociedades e (2) apoiam o assassinato de pessoas comuns para alcançar fins políticos extremistas” (NMSP – WOT, 2006: 35).

FUNDAMENTALISMO – “Movimento ou ponto de vista caracterizado pela adesão a princípios básicos ou fundamentais. Os movimentos radicais islâmicos são frequentemente referidos no ocidente como fundamentalistas, mas na realidade o uso deste termo constitui, intelectualmente, um erro. Estritamente de acordo com as escrituras, todos os muçulmanos podem ser considerados fundamentalistas, pois todos eles acreditam que o Corão é a revelação do mundo de Deus. Por isso a palavra fundamentalismo não representa uma distinção útil na discussão do Islão” (NMSP – WOT, 2006: 35).

GLOBALIZAÇÃO – Característica transversal ao mundo actual, patenteada pela preponderância do vector económico sobre o vector político, numa sociedade de informação à escala global. Realidade cuja dinâmica, influência e peso, transformam áreas das sociedades contemporâneas nas suas dimensões, política, económica e cultural, apresentando como consequências, a perda de autonomia de governos, o maior poderio de mercados financeiros, o desenvolvimento de redes mafiosas e o aumento de incertezas e ameaças (Ramonet, 2004: 46, 47).

TERRORISMO – é a utilização ou ameaça de utilização da violência contra civis (não combatentes) para atingir fins políticos (definição própria).

TERRORISTA EXTREMISTA – “Um extremista que utiliza o terrorismo – tem como alvo intencional as pessoas comuns - para produzir o medo de coagir ou intimidar governos ou sociedades para a prossecução dos objectivos políticos, religiosos ou ideológicos. Extremistas utilizam o terrorismo para impedir e comprometer o progresso político, a prosperidade económica, a segurança e a estabilidade do sistema internacional de Estados, e o futuro da sociedade civil” (NMSP – WOT, 2006: 37).



Apêndice 2 – Diagrama de Indução

ENUNCIADO	QUESTÃO CENTRAL (QC)	QUESTÕES DERIVADAS (QD)	HIPÓTESES	CONFIRMAÇÃO DAS HIPÓTESES	CONCLUSÕES	RESPOSTA À QC
Questões conceptuais da guerra ao terror, ao terrorismo e aos terroristas	QC: De que forma as questões conceptuais da “Guerra contra o terrorismo influenciam a acção da Comunidade Internacional?	QD1: Qual a origem e motivações do terrorismo transnacional?	H1: O terrorismo transnacional surgiu com a globalização e as suas motivações são, principalmente, de origem política e religiosa.	Hipótese confirmada (página 7 e 9)	Conclusões (página 41 a 44)	Resposta à QC (página 43 a 44)
		QD2: Qual a relação entre o conceito de “Legítima Defesa” e a “Guerra contra o terrorismo”?	H2: A relação entre o conceito de “Legítima Defesa” e a “Guerra contra o terrorismo” está na aplicação da NSS, de 2002, na “Guerra contra o terrorismo” por parte da administração Bush, com o intuito de legitimar a invasão ao Iraque, em 2003, como legítima defesa.	Hipótese confirmada (pág. 15 e 16)		
		QD3: De que forma podemos relacionar a “Guerra contra o terrorismo” e a “Guerra Justa”?	H3: A relação entre a “Guerra contra o terrorismo” e a “Guerra Justa” encontra-se na legitimidade (<i>Jus ad Bellum</i> e <i>Jus in Bello</i>) de forma a justificá-la.	Hipótese confirmada (pág. 19)		
		QD4: Em que medida podemos aplicar a 3ª Convenção de Genebra na “Guerra contra o terrorismo”?	H4: Aplica-se a 3ª Convenção de Genebra aos suspeitos de práticas terroristas, ou seja, embora os detidos da “Guerra contra o terrorismo” não estejam na série de categorias que confira-lhes o estatuto de PG, no entanto, o art.º 5º da Convenção de Genebra protege-os até o seu estatuto ser fixado por um Tribunal competente.	Hipótese confirmada (pág. 25)		



Apêndice 3 – Palavras comuns das definições de terrorismo

Número	Elemento	Frequência
1	Violência e Força	83,5%
2	Políticos	65%
3	Enfatiza o Medo e o Terror	51%
4	Ameaça	47%
5	Efeitos Psicológicos e reacções antecipadas	41,5%
6	Diferenciação Vítima-Alvo	37,5%
7	Ação intencional, planeada, sistemática e organizada	32%
8	Método de combate, estratégia e tática	30,5%
9	Extra-normal, com violação das normas aceites, sem restrições humanitárias	30%
10	Coerção, extorsão, indução no cumprimento	28%
11	Aspecto da publicidade	21,5%
12	Arbitrariedade; o carácter impessoal, aleatório; e indiscriminação	21%
13	Civis, não combatentes, neutrais e forasteiros como vítimas	17,5%
14	Intimidação	17%
15	Enfatiza a inocência das vítimas	15,5%
16	Movimento, grupo, organização como perpetrador	14%
17	Aspecto simbólico, demonstração para outros	13,5%
18	Imprevisibilidade, incalculabilidade, imprevisibilidade da ocorrência de violência	9%
19	Natureza clandestina e secreta	9%
20	Repetitividade; carácter em série ou campanha de violência	7%
21	Crime	6%
22	Exigências feitas em relação a terceiros	4%

Fonte: Adaptado de Schmid (1998: 5-6)



Apêndice 4 – Definições de Terrorismo

Neste apêndice apresentaremos as principais definições de terrorismo, Pós 11 de Setembro de 2001 e que servirão de base para identificar os pontos comuns à maioria das definições, verificar quais as tendências futuras e construir uma definição de terrorismo, com base nos dados obtidos.

O terrorismo é definido pelo *United States Federal Bureau of Investigation* (FBI) como *"o uso ilegal da força e da violência contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, a população civil, ou qualquer parte dela, na prossecução dos objectivos políticos ou sociais"* (CFR, 2001: 52).

A ONU não conseguiu alcançar, até agora, consenso sobre uma definição de terrorismo, no entanto, em 2002, foi apresentado na AG da ONU, um conceito genérico de terrorismo, que *"compreende toda a acção que provoca danos a pessoas ou a bens, quando o propósito da acção, pela sua natureza ou contexto, é intimidar a população ou pressionar um governo ou organização internacional a abster-se de redigir determinado acto"* (ONU, 2002: 2).

A *National Security Strategy* de 2002 definia terrorismo como *"a violência premeditada, com motivação política, perpetrada contra inocentes"*. (NSS, 2002: 5).

Em Fevereiro de 2003, o terrorismo foi definido na *National Strategy for Combating Terrorism* (NSCT) como *"premeditado, motivado politicamente e uso de violência contra não combatentes por grupos transnacionais ou agentes clandestinos"* (NSCT, 2003: 1).

Jessica Stern em 2003 definiu o terrorismo como *"um acto ou ameaça de violência contra não combatentes com o objectivo de vingança, intimidação ou influenciar uma audiência"* (Stern, 2003).

A Resolução do CS nº1566 define terrorismo como *"actos criminosos, inclusive contra civis, cometidos com a intenção de causar a morte ou lesões corporais graves, ou captura de reféns, com a finalidade de provocar um estado de terror no público em geral ou num grupo de pessoas ou pessoas em particular, intimidar a população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a agir ou abster-se de praticar qualquer acto"* (UN, 2004: 2).

No relatório de 2005, o Secretário-Geral (SG) da ONU criticou a Comunidade Internacional pela sua incapacidade de acordar numa convenção que incluía uma definição e que esta omissão estava a impedir as NU de ter a força e a autoridade moral para condenar o terrorismo. Após isso, o SG propõe uma definição de terrorismo como *"uma acção é considerada terrorismo se tiver a intenção de provocar a morte ou ferimentos graves em civis ou não combatentes com o objectivo de intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a praticar ou a abster-se de praticar uma determinada acção"* (Annan, 2005: 26; Ruiz, 2005: 34).

O *US State Department* e a *Central Intelligence Agency* (CIA) utilizam a definição que é apresentada na secção 2656f (d), do Capítulo 38, Título 22 do Código dos Estados Unidos da América que define o terrorismo como *"violência premeditada, politicamente motivada, perpetrada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, geralmente com a intenção de influenciar uma audiência"* (USC, 2005: 3).

O *US Department of Defense* (DoD) e o Plano Estratégico Militar Nacional para a Guerra ao Terrorismo dos EUA definem terrorismo, como *"a utilização premeditada da violência ilegítima ou a ameaça da violência ilegítima para incutir o medo; pretendendo coagir ou intimidar governos ou sociedades, na prossecução dos seus objectivos que são geralmente, políticos, religiosos ou ideológicos. O termo terrorista refere-se aqueles que conduzem actos terroristas"* (NMSP-WOT, 2006: 37).



Javier Solana definiu o terrorismo como um “*fenómeno transnacional que visa atingir a cultura das sociedades ocidentais através de métodos gradualmente mais violentos*”. Esta definição alertou para o perigo e terá levado, em 2003, à elaboração da “Estratégia Europeia de Segurança” que, por curiosidade, não definiu o termo “terrorismo” (Ferreira, 2007: 22).

Em 2008, Zalman definiu terrorismo como “*utilização ilegal da força ou violência contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, a população civil, ou qualquer outro segmento, na prossecução de objectivos políticos ou sociais*” (2008b).

Snow definiu terrorismo como “*a realização de actos atrozes contra uma população-alvo, normalmente para ganhar a condescendência de algumas exigências impostas pelos terroristas*” (2008: 282).

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no seu glossário de termos e definições, define terrorismo como “*o uso ilegal ou a ameaça do uso, da força ou da violência contra pessoas ou bens, numa tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades, com vista à consecução de objectivos políticos, religiosos ou ideológicos*” (NATO, 2010: 2-T-5).

No *Joint Publication* (JP) 1-02 dos EUA, vem definido terrorismo como “*o uso ilegal da violência ou ameaça da violência para incutir o medo e coagir os governos ou sociedades. O terrorismo é motivado por questões religiosas, políticas ou outras convicções ideológicas e procura alcançar os seus objectivos, que geralmente são políticos*” (JP 1-02, 2010: 368).

Número	Elemento	Frequência
1	Violência e Força	10 em 14
2	Políticos	8 em 14
3	Enfatiza o Medo e o Terror	3 em 14
4	Ameaça	3 em 14
5	Efeitos Psicológicos e reacções antecipadas	0 em 14
6	Diferenciação Vítima-Alvo (pessoas e bens)	5 em 14
7	Ação intencional, planeada, sistemática e organizada	4 em 14
8	Método de combate, estratégia e tática	0 em 14
9	Extra-normal, com violação das normas aceites (ilegal ou ilegítima), sem restrições humanitárias	5 em 14
10	Coerção, extorsão, indução no cumprimento (coagir, influenciar, obrigar e pressionar)	10 em 14
11	Aspecto da publicidade	0 em 14
12	Arbitrariedade; o carácter impessoal, aleatório; e indiscriminação	0 em 14
13	Civis, não combatentes, neutrais e forasteiros como vítimas	7 em 14
14	Intimidação	7 em 14
15	Enfatiza a inocência das vítimas	1 em 14
16	Movimento, grupo, organização como perpetrador	3 em 14
17	Aspecto simbólico, demonstração para outros	0 em 14
18	Imprevisibilidade, incalculabilidade, imprevisibilidade da ocorrência de violência	0 em 14
19	Natureza clandestina e secreta	0 em 14
20	Repetitividade; carácter em série ou campanha de violência	0 em 14
21	Crime	1 em 14
22	Exigências feitas em relação a terceiros	0 em 14

Quadro do autor



Apêndice 5 – A Carta das Nações Unidas

Após a enorme destruição que ocorreu nas duas guerras mundiais em menos de 50 anos, a necessidade de paz e da proscrição do uso da força tornou-se maior no SI. No fim da Conferência das NU sobre a Organização Internacional, a 26 de Junho de 1945, em São Francisco, foi assinada a CNU entrando em vigor a 24 de Outubro do mesmo ano.

Havia uma grande preocupação para manter a paz e segurança internacionais, tendo sido escrito no preâmbulo da CNU que os povos das NU pretendem “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra” e garantir que “a força armada não será usada a não ser em interesse comum” (ONU, 1945: 1).

A manutenção da paz e segurança internacionais²⁷ são garantidas através de medidas tomadas colectivamente de acordo com os princípios da Justiça e do DI. Todos os EM das NU, ao assinarem a CNU, comprometeram-se a resolver as contendas internacionais através de meios pacíficos²⁸, evitando a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado²⁹. Cada EM abstém-se de recorrer ao uso da força nas RI, mas consequentemente, reconhece ao órgão principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, o CS, poderes para, coercivamente se necessário, pôr termo, no interesse da CI, a qualquer ameaça, ruptura à paz ou acto de agressão (Pureza, 1994: 77).

Assumindo a paz como um bem indivisível, um *public affair*, responsabilidade de todos os Estados, a CNU consagra um autêntico “contrato social internacional”. A regra geral (jurídica) da proibição do uso da força e consequente agressão entre Estados é regulado pelo n.º4 do art.º2º da CNU, tornando-se parte do DI Costumeiro e Norma de *Jus Cogens*, obrigando todos os Estados e não apenas os EM das NU (ONU, 1945: 2).

Verifica-se que a ameaça do uso da força era uma preocupação em 1945 e que o uso preventivo da força é ilegal (Platiau e Vieira, 2006: 185), mas existem duas excepções que legalizam uma intervenção: uma acção colectiva sob a égide do CS das NU (através de um mandato) contra um Estado agressor e o direito de legítima defesa (Tomé, 2004: 11).

A segurança colectiva consignada na Carta, na qual procura-se garantir a paz e segurança internacionais³⁰, é assegurada pelo CS que constitui-se como único detentor do monopólio, atribuído pelos EM, do uso da força (art.º42º) quando as outras medidas se tornem inadequadas. O CS, ao abrigo do Capítulo VII da Carta, dispõe de poderes de pressão e sanção sobre qualquer Estado que atente contra a paz e a segurança internacionais, através das medidas provisórias (art.º40º), das medidas colectivas que não implicam o uso da força (art.º41º) e das medidas colectivas que envolvam o uso da força³¹ (art.º42º) (ONU, 1945: 9-10). O art.º53º da CNU reforça a responsabilidade do CS no monopólio do uso da Força (ONU, 1945: 12).

A outra excepção consagrada na CNU e reafirmada pela Comissão do DI, do recurso à força pelos Estados, é o direito de legítima defesa³², individual ou colectiva que subsiste como “válvula de segurança” ou “excepção necessária” (Pureza, 1994: 77). A

²⁷ Um dos objectivos consignados na CNU designado no art.º1º da CNU (ONU, 1945: 2).

²⁸ Através de negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha referido no art.º33º da CNU (ONU, 1945: 8).

²⁹ Conforme referido no art.º2º da CNU (ONU, 1945: 2).

³⁰ Conforme referido nos artigos 2º (n.º4), 24º, 25º e nos capítulos VI (solução pacífica de controvérsias), VII (acção relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e actos de agressão – art.º39º, 40º, 41º e 42º) e VIII (acordos regionais – art.º52º e 53º).

³¹ Trata-se do uso da força estabelecido e autorizado, pela Comunidade Internacional para o exercício da segurança colectiva (uso social ou colectivo da força), pela CNU.

³² Conforme referido no art.º51º da CNU (ONU, 1945: 11).



CNU formula o “direito imanente” de legítima defesa como uma “faculdade subsidiária, provisória e controlada” que só é admitida como uma resposta urgente e proporcional a uma “agressão armada consumada”, o que diminui o seu alcance, e enquanto o CS não actuar no exercício das suas competências (daí a obrigação de comunicação que incumbe ao Estado agredido) (Pureza, 2002: 31).

O relatório *A More Secure World* aborda a questão do uso da força sancionado pelas NU, nas situações de legítima defesa e de ameaças previstas no capítulo VII da CNU, referindo que para ser legítimo deve obedecer aos seguintes critérios: seriedade da ameaça, justo propósito, último recurso, meios proporcionais e balanço das consequências (UN, 2004: 131).



Apêndice 6 – O caso da 2ª Guerra do Golfo (2003)

A decisão de atacar o Iraque por parte dos EUA e da Grã-Bretanha colocou em causa a legalidade e a legitimidade da guerra, à luz do DI.

Ao analisar a legalidade verificamos que os EUA e a Grã-Bretanha invadiram o Iraque, em 2003, com a justificação de que constituía uma séria ameaça à paz e à segurança internacionais, destacando o regime ditatorial de Saddam Hussein, a violação dos DH, os crimes contra a humanidade, a proliferação de ADM e o apoio e abrigo a organizações terroristas. Esta situação não se encontra coberta pelos art.º42º e 51º do Capítulo VII da CNU, assim existiu um recurso ilícito ao uso da força por violação do nº4 do art.º2º da CNU, foi uma agressão à luz da Resolução nº3314 de 14 de Setembro de 1974 da AG das NU e foi cometido um crime de agressão conforme definido no nº2 do art.º5º do Tribunal Penal Internacional.

Ao analisar a legitimidade existem três tipos de condições, que devem ser cumpridos, para que uma guerra seja considerada legítima: requisitos de *Jus ad Bellum* (direito de fazer a guerra); princípios do *Jus in Bello* (conduta da guerra); e o *Jus post Bellum* (consequências da guerra). A análise deste estudo incidirá nas primeiras duas condições porque ainda não se podem retirar todas as consequências da guerra.

À luz do direito de fazer a guerra (*Jus ad Bellum*) verifica-se que os motivos oficiais apresentados para a invasão ao Iraque (objectivos da Operação “IRAQUI FREEDOM”) foram os seguintes: terminar com o regime de Saddam Hussein; eliminar as ADM e reunir informações sobre actividades de produção; capturar e expulsar terroristas e reunir informações sobre redes terroristas; proteger os campos de petróleo do Iraque; fornecer ajuda humanitária e acabar com as sanções; e ajudar o Iraque a alcançar um Governo e assegurar a sua integridade territorial (Spring, 2003). No entanto, o Presidente dos EUA apresentou os motivos oficiais como sendo: “*possibilidade de uso das Armas de Destruição em Massa por parte do Iraque*”, “*mudança de regime*” e o argumento moralista da “*libertação do povo iraquiano*” (Biggar, 2007: 66).

Ao analisar o argumento da “*libertação do povo iraquiano*” verifica-se que a gravidade da violação dos DH não é o único determinante da moralidade da intervenção no Iraque. Devemos considerar que nem todas as intervenções têm perspectivas de sucesso, o que leva os Estados a incorrerem em grandes riscos de aumento desproporcional da violência, e que a presença de outros motivos, como por exemplo “interesses nacionais” não torna fraudulenta a preocupação com os DH (Biggar, 2007: 66).

De acordo com o relatório 232 das NU (S/2003/232), não existiam indícios de que o Iraque possuía ADM, no período anterior à invasão, mas a intervenção foi executada. Aqueles que invadiram o Iraque fizeram-no com base nas Resoluções 678 (S/RES/678 de 29Nov1990), 687 (S/RES/687 de 03Abr1991) e 1441 (S/RES/1441 de 08Nov2002) do CS. A resolução 678 autorizou que os Estados utilizassem todos os meios necessários para retirar as forças do Iraque do Kuwait. A resolução 687 tratou do cessar-fogo e autorizou o uso da força contra o Iraque se incorresse em material *breach*. A resolução 1441 determinou que o Iraque estava em material *breach* e, indirectamente, com base na resolução 687, autorizou o uso da força contra aquele país.

Em relação à mudança de regime, trata-se de um problema interno de um Estado, no qual os outros Estados não devem interferir, logo este motivo também não deve ser utilizado para garantir legitimidade à operação.

No critério da “causa justa”, para além dos reais motivos da guerra, devemos abordar também, a aplicação da NSS. A sua aplicação foi bastante polémica devido à confusão dos termos “preventivo” e “preemptivo”, que deram origem à legítima defesa preventiva (considerada ilegítima) e à legítima defesa preemptiva (considerada legítima).



Biggar refere que, a resposta a um ataque efectivo, ou eminente (ataque preemptivo), enquadra-se na “Guerra Justa”, enquanto um ataque contra uma provável ameaça (ataque preventivo) enquadra-se na “Guerra Injusta”. O que diferencia uma “ameaça efectiva” ou “eminente” de uma “provável ameaça” é facto da “provável ameaça” não ser justificação suficiente para atacar um Estado, ao contrário da “ameaça efectiva” ou “eminente”. Um ataque preemptivo é considerado legítimo (moral) e o ataque preventivo é considerado ilegítimo (imoral) (2007, 70).

Os EUA afirmaram desencadear uma acção preemptiva utilizando a força letal, no âmbito da prevenção, isto é, antes de a ameaça ser iminente ou efectiva (Tomé, 2004: 249). Nesta situação, está em causa, a designada “Legítima Defesa Preventiva”, que não é juridicamente enquadrável no âmbito da legítima defesa consignada na CNU, que exige a ocorrência de um ataque armado como condição prévia para qualquer acto defensivo de uso da força armada, sendo pois ilícita se realizada (Baptista, 2003: 132).

A argumentação utilizada pelos EUA para efectuar acções preventivas contra uma ameaça à sua segurança, vem contra a perspectiva internacional, e não tem validade no âmbito do DI (Hösle, 2003).

Para a ONU, a guerra preventiva não passou de uma agressão e por isso foi considerada ilícita. O método da guerra preventiva pode contribuir para destabilizar as RI e incentivar as acções de uso da força unilateralmente (Coelho, 2003: 875-876). No entanto, as NU reconhecem a importância da prevenção como forma de manter no futuro uma paz mais duradoura, através das abordagens preventivas, sem exclusão da possibilidade de uma intervenção internacional preventiva, desde que seja sob a sua égide (A/RES/57/337).

O segundo critério, “autoridade competente”, diz-nos que a guerra deve ter o apoio da CI, através da ONU, e só deve ser realizada quando existe uma ameaça directa a um EM ou em caso de legítima defesa. No caso da guerra no Iraque, não existiu um Mandato do CS que a legitime e as Leis internacionais reservam para a ONU, o “Poder” de autorizar a guerra, excepto na situação de legítima defesa. No entanto, a capacidade da ONU para aplicar a Lei é seriamente comprometida pelas políticas do CS quando um único veto de um EM pode paralisar a ONU como “*polícia*” da humanidade. A preocupação que está por detrás do critério da autoridade competente, neste caso de estudo, é que qualquer operação militar realizada para o “bem comum”, não para interesses privados nacionais, e com a aprovação da ONU constitui-se como um indício importante para a sua legitimação e legalização. No entanto, dada a limitação política do seu “Poder” em aplicar a Lei internacional, a ausência de uma aprovação da ONU não é suficiente para decidir da moralidade do uso da força armada (Biggar, 2007: 66-67).

O terceiro critério é a “correcta intenção”. O último motivo utilizado pelos EUA para justificar a intervenção no Iraque, como já foi referido, passou pela “*libertação do povo iraquiano*”. Referiu que o conjunto de restrições e atropelos aos DH dos iraquianos era motivo suficiente para atacar e invadir o Iraque. Se esta justificação tivesse fundamentos, a invasão ao Iraque, neste critério, seria motivo para uma “Guerra Justa”.

O critério do “último recurso” refere-nos que a guerra só deve ser realizada quando todos os outros instrumentos do “Poder” foram esgotados na tentativa de solucionar o problema, o que não ocorreu no Iraque. Os inspectores de armamento não tinham completado o seu trabalho e a ONU, ainda, não tinha esgotado a Diplomacia. Se existisse a certeza de que o instrumento militar seria exercido quando se justificasse, então a autoridade legal constituir-se-ia, também, como autoridade moral. Este critério requer o bom senso de todas as possibilidades realistas de uma solução que não a militar (Biggar, 2007: 66).

No que diz respeito ao critério da “probabilidade de sucesso”, se considerarmos a invasão do Iraque em toda a sua abrangência, não parece que exista uma solução militar



que por si só seja capaz de erradicar o terrorismo da face da terra, pelo que não existe uma possibilidade razoável de ganhar semelhante guerra. As expressões utilizadas procuram caracterizar a “Guerra” específica do mundo globalizado, onde os actores principais já não são os Estados, e onde assiste-se a um novo paradigma da guerra. Estas denominações transmitem uma conotação excessivamente militar que será de evitar. Para além disso, uma guerra pressupõe-se terminada quando uma das partes rende-se ou através de uma negociação. Este não será certamente o caso do terrorismo de matriz islamita.

O último recurso a ser analisado é a “proporcionalidade”, no entanto, como se trata de um recurso do *Jus ad Bellum* que é também princípio do *Jus in Bello*, será comentado nos princípios da conduta da guerra.

Ao analisar os princípios da conduta da guerra (*Jus in Bello*) verifica-se que o princípio da “proporcionalidade” é de aplicação problemática porque depende do bom senso e pode ser eficaz para afastar certas acções beligerantes tidas como manifestamente desproporcionadas. Os argumentos sobre a proporcionalidade das acções militares aparecem para envolver as interpretações especulativas e, normalmente, reivindicando um maior grau de racionalidade do que têm direito. Este princípio pode ter duas interpretações: um mal pode ser considerado desproporcionado se destruir o bem que se espera ganhar; e um mal pode ser considerado desproporcionado quando é evitável (Biggar, 2007: 73).

Mesmo que a justa causa exista, a operação militar não pode ser justificada se for considerada susceptível de trazer mais danos do que benefícios, tendo em conta as perspectivas de sucesso. Além do referido, a avaliação deve ser feita após a operação militar e depois no *Just Post Bellum*. O balanço das consequências, como a intensa discussão, ainda polémica, sobre a justiça ou não da intervenção no Iraque mostra, que é uma condição muito difícil de satisfazer. Envolve decisões difíceis, em condições de incerteza e juízos de valor sobre o resultado provável da operação militar. Desta forma, com os dados recolhidos não é possível afirmar se este princípio está, ou não, a ser respeitado, no entanto, as forças no terreno estão a dar o seu melhor para que, este princípio seja respeitado (Fisher, 2007: 114).

No que se refere ao princípio da “discriminação”, cabe-nos afirmar que é um dos critérios mais incompreendido na Doutrina da “Guerra Justa”. É visto como uma acção inibitória para qualquer operação militar porque defende os não combatentes e obriga a um planeamento cuidadoso dos efeitos causados para evitar baixas civis (Biggar, 2007: 67). As imagens que passaram nas televisões de todo o mundo, mostrando os resultados dos bombardeamentos aéreos sobre as principais cidades iraquianas, e onde morreram centenas de civis, chocaram a opinião pública e consequentemente a legitimidade da guerra.

Um único acidente ou dano colateral pode revoltar a CI e, principalmente, a população contra a força que o provocou. Existiu por parte dos EUA e dos seus aliados, a preocupação com os “danos colaterais”, no entanto, consideramos que não foi suficiente porque a população, nalguns casos, revoltou-se contra as forças da coligação devido às baixas provocadas e aos danos materiais inculidos. Kaldor refere que, a estimativa mais pequena de baixas civis, desde a invasão ao Iraque até Novembro de 2004, foi de 24.000 baixas civis (2007: 265). Desta forma, considero que o princípio da “discriminação” não foi, totalmente, atingido pela coligação.

Após análise de todos os critérios e princípios da “Guerra Justa”, podemos avançar em síntese, tendo a consciência de ser uma opinião pessoal baseada na informação analisada e por isso passível de crítica, que a 2ª Guerra do Golfo não foi uma guerra legal nem legítima, consequentemente foi uma “Guerra Injusta”.



Apêndice 7 – O caso da Guerra do Afeganistão

A situação no Afeganistão foi diferente da vivida no Iraque. Após o ataque de 11 de Setembro, a ONU aprovou a Resolução 1368 (12 de Setembro) e a 1373 (28 de Setembro), que condenava os actos terroristas e considerava-os uma ameaça à paz e à segurança internacional, e os EUA invocaram o art.º5º da NATO (Murphy, 2009: 85). As Resoluções permitiram legalizar a intervenção dos EUA, como legítima defesa individual e colectiva, no Afeganistão. Neste contexto a guerra foi legalizada pela ONU. Esta situação encontra-se coberta pelos art.º42º e 51º do Capítulo VII da CNU, assim existiu um recurso lícito ao uso da força, não foi uma agressão à luz da Resolução nº3314 de 14 de Setembro de 1974 da AG das NU e não foi cometido um crime de agressão conforme definido no nº2 do art.º5º do Tribunal Penal Internacional.

Nas Resoluções 1368 e 1373, o CS reconheceu que existia o direito de legítima defesa individual ou colectiva, em conformidade com a CNU, no entanto, não fala em “ataque armado”, mas em ataques terroristas. Na Resolução 1378 (14 de Novembro), o CS apoia “os esforços internacionais para erradicar o terrorismo, de acordo com a CNU” e reafirma as Resoluções anteriores (Saraiva, 2009: 76). Desta forma, a guerra é legal logo não é injusta, mas falta ver se é legítima.

Ao analisar o *Jus ad Bellum* verificamos que o ataque de 11 de Setembro foi a justa causa para o ataque ao Afeganistão. A coberto das Resoluções 1368 e 1373, garante-se a substância da causa e a justiça comparativa. A autoridade competente para iniciar a guerra foi o CS ao aprovar as Resoluções 1368 e 1373, logo é garantido o critério da autoridade competente. A correcta intenção também está presente nas Resoluções, pois pretende-se garantir a “paz e a segurança internacional” conforme referido na CNU.

O critério do último recurso também é assegurado, quando o Presidente dos EUA, em 14 de Setembro, faz um conjunto de exigências, aos Talibãs, que no entanto não foram satisfeitas, antes de iniciar a guerra.

O critério da probabilidade de sucesso foi garantido porque não existiram mais agressões aos EUA, no entanto, não foram capturados os líderes da *Al Qaeda* e ocorreram ataques em duas capitais europeias.

O critério da proporcionalidade foi garantido porque os danos infligidos e os custos incorridos na diminuição do terrorismo transnacional e mais concretamente na *Al Qaeda*, foi atingido. Este critério pode ser polémico porque foi após o ataque ao Afeganistão que ocorreram os ataques a Madrid (11 de Março de 2003) e a Londres (7 de Julho de 2005), no entanto, se não tivesse ocorrido a guerra no Afeganistão, possivelmente teriam existido mais ataques terroristas. A proporcionalidade dos ataques no Afeganistão, também, pode ser discutível devido aos danos colaterais causados na população do Afeganistão, no entanto, na nossa opinião o critério da proporcionalidade está a ser respeitado.

No que diz respeito ao *Jus in Bello*, o princípio da proporcionalidade foi analisado no *Jus ad Bellum* e consideramos que foi respeitado. Para reforçar o referido anteriormente, podemos acrescentar que não tem existido um ciclo vicioso de actos terroristas e respostas equivalentes, o que mostra o progresso alcançado.

O princípio da discriminação tem sido respeitado, embora tenham ocorrido problemas com danos colaterais. Tem existido um esforço por parte dos EUA e dos seus aliados para evitar situações que provoquem a morte a civis inocentes.

Após análise de todos os critérios e princípios da “Guerra Justa”, podemos avançar em síntese, tendo a consciência de ser uma opinião pessoal baseada na informação analisada e por isso passível de crítica, que a guerra no Afeganistão é legítima. Desta forma, ao considerarmos a guerra no Afeganistão legal e legítima, consequentemente foi uma “Guerra Justa”.



Apêndice 8 – O caso de Guantanamo

Depois de 11 de Setembro, declarada a “Guerra contra o terrorismo” e invadido o Afeganistão, os EUA ficaram com centenas de “inimigos” na sua posse. A maioria foi capturada no Afeganistão e Iraque, outros foram entregues por países “amigos” e outros foram raptados pela CIA. Que fazer com estes presumíveis terroristas, tendo em consideração que constituíam uma fonte de informação sobre as actividades terroristas? Esta era a questão que tinha que ser resolvida por a administração Bush (Costa, 2008).

Segundo Costa, uma das hipóteses consideradas passava por entregá-los ao sistema judicial norte-americano, civil ou militar, conforme as situações. Nesta situação, os “inimigos” seriam criminalizados, o que era uma vantagem ao serem rebaixados como simples delinquentes de Direito Comum aos “*olhos do mundo*”. Mas, esta opção obrigaria a respeitar as regras do processo penal e garantias fundamentais inscritas na Constituição Norte-americana, o que importaria a revelação de provas da acusação e a realização de um julgamento público, e dificultaria a obtenção de informações à força (2008).

A solução escolhida passou por considerar os detidos como combatentes e não delinquentes, o que é coerente com a declaração de “Guerra contra o terrorismo”, mas que coloca em causa a definição de “Guerra”. No entanto, esta solução colocou um obstáculo aos propósitos da administração Bush visto que, a qualificação dos detidos como combatentes impunha a aplicação das Convenções de Genebra (garantias e salvaguarda dos Direitos fundamentais dos PG). Desta forma, os detidos foram considerados combatentes, mas ilegais, por não pertencerem a nenhum Estado com o qual os EUA estivessem em guerra e pertencerem a organizações terroristas clandestinas. Segundo Costa, esta situação criou “*uma nova categoria de seres humanos, desprovidos de quaisquer direitos ou de protecção jurídica mínima, quer do direito interno do Estado onde estão detidos, quer da Lei internacional*” (2008).

Assim, procedeu a administração Bush, recusando a aplicação das Convenções de Genebra e definindo as regras que foram utilizadas para o julgamento dos detidos. Aproveitou a legislação aprovada, em Novembro de 2001, invocou a autorização concedida pelo Congresso para combater o terrorismo, e criou uma estrutura *ad hoc* para o julgamento dos detidos em que os acusadores e os defensores dos detidos foram nomeados pela administração. O procedimento a aplicar era secreto e o detido não tinha acesso às provas que eram consideradas “classificadas”, não havendo hipótese de recurso para os tribunais nem mesmo para efeitos de *habeas corpus* (Costa, 2008).

Segundo Costa, *Guantanamo* foi o local escolhido para aprisionar os “inimigos” por não ser território norte-americano, o que implicaria a não aplicabilidade da Constituição Norte-americana e por estar próximo do território dos EUA, o que facilitaria a recolha de informações. Foi nesse local que foram “armazenados” os “inimigos”, sem conhecerem a acusação ou suspeita de que eram alvo, sem direitos de defesa, sem prazo limite de prisão, sem possibilidades de acesso a advogado escolhido por eles e submetidos a “*todo o tipo de humilhações e violências por parte dos seus captores*”, com a finalidade de obterem informações sobre as supostas actividades terroristas que desenvolviam (2008).

A tortura passou a ser um método normal de interrogatório dos detidos, sendo explicitamente autorizada pela administração Bush e elogiada pelo Presidente dos EUA, como um método eficaz de obter informações necessárias para a segurança dos norte-americanos. A administração Bush recusou, numa primeira fase, aplicar a Convenção Internacional contra a Tortura e os Tratamentos Cruéis, fazendo posteriormente uma interpretação deformada da Convenção, de forma a excluir do conceito de tortura todos os métodos e técnicas utilizadas em *Guantanamo* (Costa, 2008).



O programa da administração Bush sofreu um primeiro impacto com as decisões do Supremo Tribunal dos EUA (STEUA), de 28 de Junho de 2004, nos casos de Hamdi versus Rumsfeld e Rasul versus Bush. No primeiro caso, um cidadão americano que combateu no Afeganistão foi considerado “combatente inimigo”, detido posteriormente em território norte-americano ao abrigo da referida Lei excepcional, requereu o acesso a tribunais comuns para contestar a detenção. O STEUA embora admitindo que o Presidente possuía plenos poderes para ordenar a detenção de “combatentes inimigos” por tempo indeterminado, reconheceu o direito do detido em impugnar a legalidade da detenção, mas não a base factual dessa detenção. No segundo caso, o STEUA estabeleceu que os tribunais dos EUA tinham jurisdição para conhecer o pedido de *habeas corpus* de cidadãos estrangeiros detidos em combate e que estavam presos em *Guantanamo* (Costa, 2008).

As decisões referidas obrigaram a administração Bush a mudar de estratégia, evitando a repercussão da jurisprudência do STEUA e a consequente vaga de *habeas corpus* dos prisioneiros de *Guantanamo*. A administração Bush decidiu que procederia à audição de todos os detidos através de comissões especiais de revisão, “tribunais de revisão do estatuto de combatente”. As comissões apreciavam as provas e decidiam da continuidade ou não do detido na prisão. Simultaneamente, dava-se início à actividade das comissões militares para iniciar os julgamentos. Esta estratégia permitiu que fossem libertados muitos dos detidos de *Guantanamo* por falta de provas. Esses detidos foram enviados para o seu país de origem, sem receberem qualquer indemnização e pedido de desculpas, após vários anos de detenção e tratamentos desumanos (Costa, 2008).

No julgamento de Salim Hamdan, motorista de Osama Bin Laden, foi requerido o *habeas corpus* aos tribunais norte-americanos, tendo o Tribunal de 1ª Instância ordenado a suspensão do julgamento, com base que a legislação promulgada por George W. Bush não respeitava a legislação militar norte-americana nem as Convenções de Genebra. Desta vez, foi colocada em causa a constitucionalidade da legislação aprovada por George W. Bush. Por decisão do STEUA, no caso Hamdan versus Rumsfeld, em 29 de Junho de 2006 foram consideradas ilegais as comissões militares, por não estarem de acordo com a Lei aprovada (combate ao terrorismo) pelo Congresso em Setembro de 2001, e considerou que a estrutura e os procedimentos da legislação violavam o Código de Justiça Militar (CJM) dos EUA e as Convenções de Genebra porque o art.º 3º concede uma protecção mínima a todos os combatentes, estejam enquadrados ou não em Estados signatários das Convenções. Mas a decisão não impunha a libertação dos detidos, o que dava tempo para adaptar a legislação de acordo com a decisão do Tribunal (Costa, 2008).

Costa referiu que a decisão do STEUA obrigou a nova legislação e a 28 de Novembro de 2006, foi aprovada a Lei das Comissões Militares. Entre algumas correcções em relação à Lei anterior sobressaiu: limitação das técnicas de interrogatório, “métodos agressivos”; impossibilidade de julgamento sem o acusado ter conhecimento das provas da acusação; e a possibilidade de os condenados recorrerem para tribunais comuns. No entanto, manteve-se o conceito de “combatente inimigo”, mas foi ampliado. Passou a abranger todos os que prestavam apoio às actividades hostis aos EUA, mesmo que não tenham participado directamente nem tenham sido detidos no local das hostilidades. A Lei passou, também, a negar aos detidos estrangeiros o direito de requererem o *habeas corpus* perante os tribunais comuns. Esta Lei tinha como finalidade evitar um desastre eleitoral, de modo que o Congresso desse cobertura à legislação especial promulgada pelo Presidente, e evitar o recurso ao *habeas corpus* por parte dos detidos (2008).

No entanto, o STEUA voltou a pronunciar-se sobre o *habeas corpus*. Em 12 de Junho de 2008, no caso Boumediene versus Bush, decidiu que “o direito ao *habeas corpus* não será suspenso, a não ser quando, em caso de rebelião ou invasão, a segurança pública o exigir” e que todos os detidos de *Guantanamo* têm direito à providência de *habeas*



corpus perante os tribunais comuns norte-americanos, na contestação da sua detenção, recusando o argumento da administração Bush de que *Guantanamo* não é território americano, com o fundamento que trata-se de um território submetido a um controlo exclusivo e por tempo indeterminado por parte dos EUA (Costa, 2008).

Desta forma, abriu-se o caminho aos detidos de *Guantanamo* para recorrerem aos tribunais comuns norte-americanos pela sua detenção, a contestar o tempo de detenção, a prática da tortura e inclusivamente a constitucionalidade do próprio sistema das comissões militares e as suas regras procedimentais. A decisão do STEUA não colocou em causa, directamente, o sistema das comissões militares e por isso o Procurador-Geral dos EUA referiu que os julgamentos dos “combatentes inimigos” iriam continuar (Costa, 2008).

O estatuto dos detidos de *Guantanamo* tem sido alvo de controvérsia entre o Poder Executivo e Legislativo, por um lado, e o Judicial, por outro. A intervenção do STEUA complicou bastante o sistema pensado pela administração Bush, contudo *Guantanamo* continua a funcionar com detidos que aguardam o seu julgamento ou libertação. Foi com base no Direito Interno dos EUA e junto das suas instituições judiciais que os detidos de *Guantanamo* conseguiram lutar pelos seus direitos, visto que não lhes foi possível o recurso às instâncias internacionais. A qualificação dos detidos em “combatentes ilegais” destituiu-os dos seus direitos.

A qualificação dos detidos nunca foi colocada em causa pelo STEUA, mas essa designação não está plasmada em qualquer Legislação Internacional, nem tem consistência Jurídica. O art.º4º da 3ª Convenção de Genebra enumera as categorias de pessoas que devem ser consideradas PG para beneficiarem do respectivo estatuto. Em caso de dúvidas, o art.º5º da 3ª Convenção refere que “*Se existirem dúvidas na inclusão em qualquer das categorias do art. 4º de pessoas que tenham cometido actos de beligerância e que caírem nas mãos do inimigo, estas pessoas beneficiarão da protecção da presente Convenção, aguardando que o seu estatuto seja fixado por um tribunal competente*”. Desta forma, a Convenção pretende proteger todos os “combatentes”. Mais preciso é o Protocolo I às Convenções de Genebra de 1977, que protege qualquer pessoa que esteja em poder de umas das partes do conflito e que não beneficie de tratamento mais favorável.

A 22 de Janeiro de 2009, o Presidente dos EUA, Barack Obama, assinou o Decreto em que ordena o encerramento da prisão de *Guantanamo* e proibiu os abusos durante os interrogatórios, exigindo respeito à 3ª Convenção de Genebra (Cerdeira, 2010). A prisão de *Guantanamo*, apesar de todos os reveses ainda não fechou, nem sabemos quando fechará. A luta pelo encerramento de *Guantanamo* vai ser dura.